

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

[www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia](http://www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia)

ANO LXIX

FLORIANÓPOLIS, 25 DE JUNHO DE 2020

NÚMERO 7.651

## MESA

Julio Garcia  
**PRESIDENTE**

Mauro de Nadal  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Rodrigo Minotto  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Laércio Schuster  
**1º SECRETÁRIO**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º SECRETÁRIO**

Altair Silva  
**3º SECRETÁRIO**

Nilso Berlanda  
**4º SECRETÁRIO**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Paulinha

Vice-Líder: Coronel Mocellin

## PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

### MOVIMENTO

#### DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Luiz Fernando Vampiro

#### PARTIDO SOCIAL LIBERAL

Líder: Sargento Lima

#### PARTIDO LIBERAL

Líder: Ivan Naatz

#### BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus

Vice-Líder: Marcos Vieira

Lideranças dos Partidos

que compõem o Bloco:

**PSD**

**PDT**

Kennedy Nunes

Paulinha

**PSDB**

**PSC**

Marcos Vieira

Jair Miotto

#### PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

#### PARTIDO NOVO

Líder: Bruno Souza

#### BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins

Vice-Líder: José Milton Scheffer

Lideranças dos Partidos

que compõem o Bloco:

**PP**

**PSB**

João Amin Nazareno Martins

**REPUBLICANOS**

Sergio Motta

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente  
Ivan Naatz - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Paulinha  
Fabiano da Luz  
Luiz Fernando Vampiro  
João Amin  
Ana Campagnolo  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Ismael dos Santos  
Luciane Carminatti  
Jerry Comper  
Ivan Naatz  
Nazareno Martins  
Ana Campagnolo

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Marlene Fengler  
Luciane Carminatti  
Jerry Comper  
Romildo Titon  
Ricardo Alba

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente  
Paulinha - Vice-Presidente  
Dr. Vicente Caropreso  
Neodi Saretta  
Volnei Weber  
Luiz Fernando Vampiro  
Nazareno Martins

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Fabiano da Luz  
Moacir Sopelsa  
Volnei Weber  
João Amin  
Nazareno Martins  
Sargento Lima  
Marcius Machado

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Marlene Fengler  
Luciane Carminatti  
Valdir Cobalchini  
Fernando Krelling  
Jessé Lopes

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Jair Miotto  
Ada De Luca  
Ivan Naatz  
Felipe Estevão

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Milton Hobus  
Fernando Krelling  
Jerry Comper  
Bruno Souza  
José Milton Scheffer  
Sargento Lima  
Marcius Machado

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente  
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente  
Marlene Fengler  
Marcos Vieira  
Neodi Saretta  
Volnei Weber  
Coronel Mocellin

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente  
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Luciane Carminatti  
Ada De Luca  
Bruno Souza  
Felipe Estevão

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente  
Fabiano da Luz - Vice-Presidente  
Dr. Vicente Caropreso  
Jair Miotto  
Luiz Fernando Vampiro  
Romildo Titon  
Marcius Machado

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente  
Fabiano da Luz - Vice-Presidente  
Marlene Fengler  
Milton Hobus  
Moacir Sopelsa  
Bruno Souza  
Jessé Lopes

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente  
Fabiano da Luz - Vice-Presidente  
Marlene Fengler  
Dr. Vicente Caropreso  
Luiz Fernando Vampiro  
Romildo Titon  
Sergio Motta

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente  
Coronel Mocellin - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Fabiano da Luz  
Jerry Comper  
Volnei Weber  
Nazareno Martins

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente  
Paulinha - Vice-Presidente  
Milton Hobus  
Fabiano da Luz  
Valdir Cobalchini  
Ada De Luca  
Bruno Souza

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Paulinha  
Fernando Krelling  
Nazareno Martins  
Ana Campagnolo

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice-Presidente  
Jair Miotto  
Neodi Saretta  
Moacir Sopelsa  
Romildo Titon  
Bruno Souza

### COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente  
Dr. Vicente Caropreso  
Ismael dos Santos  
Valdir Cobalchini  
Ada De Luca  
José Milton Scheffer  
Coronel Mocellin

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Jair Miotto  
Paulinha  
Romildo Titon  
Jessé Lopes

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Fernando Krelling - Vice-Presidente  
Jair Miotto  
Luciane Carminatti  
Ada De Luca  
Sergio Motta  
Sargento Lima

### COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente  
Paulinha - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Neodi Saretta  
Moacir Sopelsa  
João Amin  
Ricardo Alba

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão.</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 024ª Sessão Ordinária realizada em 12/05/2020 ..... 2 Ata da 025ª Sessão Ordinária realizada em 13/05/2020 ..... 6 Ata da 008ª Sessão Extraordinária realizada em 13/05/2020 ..... 8</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Atas de Comissões ..... 10 Permanentes ..... 10 Redações Finais ..... 14</p>
---	---	---

## P L E N Á R I O

# ATA DA 024ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2020 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 15h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Paulinha - Paulo Eccel - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sérgio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

**PRESIDÊNCIA** - Deputado Julio Garcia  
**DEPUTADO JULIO GARCIA** (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

\*\*\*\*\*

#### Partidos Políticos

Partido: MDB

**DEPUTADO VALDIR COBALCHINI** (Orador) - Inicia seu pronunciamento prestando homenagem ao falecido ex-governador Luiz Henrique da Silveira, que deixou um grande legado e muita saudade.

Na sequência, comenta que o jornalista Adelor Lessa, sem consultá-lo, incluiu

o seu nome em uma lista de deputados que seriam contra o *impeachment* do Governador Carlos Moisés. Discorre sobre suas decisões na vida pública, que jamais são tomadas de forma individual, ou isolada, não sendo da sua índole o pré-julgamento, e acrescenta que a CPI não deve se tornar palanque político.

Lamenta que haja corrupção em um momento grave para a sociedade, e reitera que toda a verdade precisa vir à tona e os responsáveis devem ser punidos pela Justiça.  
[Taquigrafia: Northon]

Partido: Republicanos

**DEPUTADO SERGIO MOTTA** (Orador) - Parabeniza a sociedade catarinense, que foi a que mais obedeceu às restrições de isolamento, da quarentena, e pede, agora, transparência do Governo, que infelizmente não fez a sua parte.

Comenta os escândalos dos respiradores e hospital de campanha, desejando que houvesse mais seriedade frente ao inimigo, que é a peste que se propaga na humanidade, o coronavírus, que tem ceifado muitas vidas.

Lembra que, em uma de suas conversas com o Secretário de Saúde, pediu que mostrasse os feitos do Governo do Estado no combate a COVID-19, mas infelizmente só tem visto escândalos.

Diz que no dia 12 de maio se comemora o Dia dos Enfermeiros, e parabeniza aqueles que chama de anjos da saúde. Lembra que o desejo dos mesmos é ver os equipa-

mentos funcionando para poderem salvar vidas, e fala também que muitos se contaminaram no exercício de tão nobre tarefa. Apresenta um vídeo em homenagem aos agentes de saúde.

Finalmente, reforça sua fala quanto ao compromisso de transparência do Estado.  
[Taquigrafia: Guilherme]

Partido: PSD

**DEPUTADA MARLENE FENGLER** (Oradora) - Discorre sobre a crise da administração pública em Santa Catarina e manifesta insatisfação com a atual gestão.

Diz que os Parlamentares têm a responsabilidade de cobrar ações efetivas do Governo de Estado neste delicado momento, pois Santa Catarina precisa urgentemente expandir as unidades de UTI, criar mais leitos nos hospitais, adquirir aparelhos respiradores, entre outras demandas. Relata que, além da pandemia, a população está preocupada com os governantes que não estão cumprindo com as obrigações que prometeram desempenhar.

Finaliza, propondo uma reflexão, de como os Parlamentares podem contribuir com a sociedade durante a crise, além do papel fiscalizador para que Santa Catarina continue sendo um estado reconhecido pela excelência.

Lamenta profundamente que o estado esteja nas páginas policiais por atos de um grupo de pessoas que resolveu se valer deste momento difícil para se locupletar, tirar vantagem e prejudicando pessoas e empresas que dependem de ajuda nesta crise.  
[Taquigrafia: Roberto]

Partido: PSD  
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Cumprimento os enfermeiros pela passagem do seu dia, essa classe heróica neste momento de pandemia.

Comenta o pronunciamento do Deputado Milton Hobus, do dia anterior, sobre o transporte coletivo, e concorda que é mais um transtorno para o trabalhador humilde que não tem carro próprio.

Relata que recebeu, em seu gabinete, representantes de cursos livres, profissionalizantes e de idiomas, que mostraram dados que prejudicam e colapsarão a classe por conta da pandemia da COVID-19. Comenta que esses professores são importantes por serem responsáveis pela qualificação de profissionais. Acrescenta que, até o momento, 65% das escolas já demitiram estes profissionais, e que nos próximos dias o número pode chegar a 80%. Neste sentido, relata que está encaminhando indicação ao Governo do Estado, à Casa Civil, para que olhe também por estas escolas. [Taquiografia: Northon]

Partido: PSD  
DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Diz ter protocolado, no dia 6 de maio, para a Casa Civil, um manifesto das Escolas de Idiomas, e fala sobre a forma não técnica do Governo agir durante a pandemia.

Lembra que estes cursos trabalham com agendamento e pede ao Governo que os deixe trabalhar, cumprindo os critérios de segurança. Fala que está instalado um caos econômico, e que as ações geradas pelo pânico acabaram com a economia do Estado.

Traz a informação de que Santa Catarina ainda tem 135 municípios sem nenhum caso de coronavírus, pede mais uma vez que o Governador escute os Parlamentares, deixando estes cursos voltarem a funcionar, assim como o transporte coletivo, minimizando os erros produzidos pelo Estado. [Taquiografia: Guilherme]

Partido: PT  
DEPUTADO PAULO ECCEL (Orador) - Cita o Dia Mundial do Enfermeiro e parabeniza a classe, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, agradecendo pelo trabalho indispensável junto à sociedade.

Discorre sobre os efeitos da divulgação de notícias falsas, que podem causar angústia, desprezo público, dano moral, entre outros danos ao destinatário da mensagem. Saliencia que todos os cidadãos podem ser vítimas de *fake news* e diz que os deputados estaduais podem contribuir com a sociedade impondo freios institucionais aos adeptos dessa prática.

Conclui, registrando projeto de lei, de sua autoria, que impõe penalidades administrativas a quem propaga notícias falsas e pede a colaboração dos colegas Deputados na busca de melhorias para a proposta. [Taquiografia: Roberto]

Partido: MDB  
DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Orador) - Lembra que, no início do mandato, os Deputados combinaram de ajudar o Governo votando projetos benéficos para os catarinenses. Comenta a difícil situação causada pelo coronavírus e agravada pela crise no Governo do Estado por conta das denúncias de corrupção. Reitera que segue apoiando o atual Governo, mas apoia a CPI e pede para que as investigações apurem todas as irregularidades para trazer esclarecimentos e justiça para o bem do Estado.

Também pede que os demais Parlamentares não percam o foco e continuem contribuindo com melhorias para a população diante da pandemia. [Taquiografia: Northon]

Partido: PSL  
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Demonstra indignação com o Governo do Estado, assim como outros Parlamentares, e diz que por inúmeras vezes se sentiu enganada pelo mesmo, pois ao cobrar

suas promessas de campanha, encontrou um homem arrogante, prepotente, debochado e indisposto a dialogar. Lembra dos problemas que teve dentro do partido juntamente com outros deputados.

Fala do início do mandato, quando votou favorável em cerca de 85% dos projetos do Governo, e que a oposição era pequena, mas com o passar do tempo este espírito de indignação foi crescendo, e até o ex-Líder do Governo na Assembleia, juntamente com a bancada do PSL protocolaram um pedido de *impeachment* contra o Governador.

Diz que o mesmo faz seleção pessoal para receber prefeitos e que depende da sua vontade para atender os Parlamentares desta Casa. Também chama de precoce a nomeação do Secretário da Casa Civil.

Ressalta que o Governo do Estado somente aproveitou da pandemia para atos fraudulentos, decretos autoritários, compras superfaturadas e hospitais de campanha duvidosos.

Apresenta um vídeo sobre o pedido de *impeachment*, diz que foi assinado por uma deputada que é do mesmo partido do Governador e também pelo seu ex-Líder de Governo. Pede licença para quebrar o protocolo e fazer entrega do pedido à Presidência da Casa. [Taquiografia: Guilherme]

Partido: PL  
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Comenta que aceitou e desafio de ser o deputado Líder do Governo, mas com o passar do tempo acabou decepcionado com as atitudes do Poder Executivo. Cita a questão do duodécimo, onde o governo tomou atitude contrária a que defendia inicialmente; as divergências relacionadas ao agronegócio; e as compras irregulares feitas recentemente durante período de crise.

Relata que foi procurado por outros Parlamentares e, consciente de seu papel como Deputado estadual, de fiscalizar e denunciar, apoiou pedido de *impeachment* contra o Governador Carlos Moisés da Silva. Diz que falta ao Governo o mínimo de gestão administrativa.

Conclui, exibindo nota do jornal *Notícias do Dia*, onde o governador demonstra prepotência e arrogância ao pedir para os empresários catarinenses boicotarem a imprensa, por estar divulgando notícias negativas sobre o Governo do Estado. [Taquiografia: Roberto]

\*\*\*\*\*

#### Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0050/2020, que tem origem na Comissão de Constituição e Justiça.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Deputado Kennedy Nunes - Pede a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Concede a palavra ao Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Registra que gostaria de apresentar um requerimento por escrito, relacionado a fala do Governador em uma reunião que ele participou e que ficou pública, onde fez um pedido para os empresários não investirem nos veículos de comunicação que, segundo ele, são os culpados por dilapidar o Estado.

Neste sentido, passa a ler a Nota de Repúdio da Acaert, e pede que seus Pares aprovem o requerimento para que a nota fique registrada nos Anais da Casa.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Informa ao Deputado Kennedy Nunes que o requerimento, chegando a Mesa, a Presidência dará o encaminhamento na forma do Regimento Interno.

Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0068/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0454/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, solicitando a convocação do Secretário de Estado da Agricultura, a fim de indagar quais ações efetivas o governo vem adotando para minimizar os efeitos da estiagem.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados: Marcius Machado e José Milton Scheffer.

Requerimento n. 0447/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, solicitando, ao Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, informações acerca de investimentos para melhoria e ampliação do sinal de telefonia móvel em diversos Municípios.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0469/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, solicitando ao Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, informações acerca de investimentos para a melhoria e a ampliação do sinal de telefonia móvel e de *internet* no Município de Piratuba.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0470/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, solicitando ao Presidente da Anatel, informações acerca de investimentos para a melhoria e a ampliação do sinal de telefonia móvel e de *internet* no Município de Ipirá.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0249/2020, de autoria do Deputado João Amin, que solicita ao Secretário de Estado de Educação, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 0046.0/2020.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0250/2020, de autoria do Deputado João Amin, que solicita ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 0042/2020.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0251/2020 de autoria do Deputado João Amin, que solicita ao Secretário de Estado da Administração, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 0120/2020.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0252/2020, de autoria do Deputado João Amin, que solicita ao Secretário de Estado da Educação, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 0038/2020.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0253/2020, de autoria do Deputado João Amin, que solicita ao Secretário de Estado da Educação, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 0086/2020.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0254/2020, de autoria do Deputado João Amin, que solicita ao Secretário de Estado da Educação, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 0089/2020.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0255/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, que solicita ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina.  
 Em discussão.  
 Discuti a presente matéria a sra. Deputada Ada De Luca.  
 Em votação.  
 Os srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0256/2020, de autoria do Deputado João Amin, que solicita ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 0111/2020.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0257/2020, de autoria do Deputado João Amin, que solicita ao Secretário de Estado da Educação, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 0083/2020.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0258/2020, de autoria do Deputado João Amin, que solicita ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca do andamento das obras de construção do prédio em que será abrigado o Quartel da Polícia Militar do Município de Indaial.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0259/2020, de autoria do Deputado João Amin, que solicita ao Secretário de Estado da Educação, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 0062/2020.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0260/2020, de autoria da Deputada Ada De Luca, que solicita ao Governador do Estado de Santa

Catarina, informações acerca da Lei nº 17.930 de 14 de Abril de 2020, que isenta de recolhimento do ICMS, inclusive sobre importação, os medicamentos, produtos e equipamentos médicos e hospitalares que estejam relacionados à pandemia do Coronavírus.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0261/2020, de autoria do Deputado João Amin, que solicita ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca do aviso de inexigibilidade de licitação nº 03/2020, que tem como objeto contratação de empresa especializada no fornecimento de acessos digitais mensais, intitulado EDUCA SC.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0262/2020, de autoria do Deputado João Amin, que solicita ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca do aviso de inexigibilidade de licitação nº 02/2020, que tem como objeto contratação de empresa para fornecimento de acesso digital a produção jornalística.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0263/2020, de autoria do Deputado João Amin, que solicita ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca da situação precária da passarela Sul da Ponte Pedro Ivo Campos.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0264/2020, de autoria do deputado João Amin, que solicita ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 0049/2020.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0265/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, que solicita ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca dos repasses financeiros realizados aos hospitais filantrópicos conveniados com o Estado de Santa Catarina, nos últimos 12 (doze) meses.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0266/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, que solicita ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca do aporte financeiro repassado ao Hospital de Caridade de Florianópolis, caso esta entidade seja conveniada ao Estado de Santa Catarina.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0267/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza, que solicita ao Chefe da Casa Civil, informações acerca dos serviços previamente autorizados, por essa autoridade, e executados, em relação aos contratos 005/2020 e 006/2020, conforme prerrogativa definida no item 5 do

informativo presente na página 194 do Processo SEC 124/2020.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0268/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca da proteção e segurança dos servidores públicos do estado que retornaram às suas funções.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação 0269/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca de focos de dengue ao longo da Bacia do Rio Uruguai.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0270/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Social, informações acerca do combate e prevenção da Covid-19 junto aos cidadãos em situação de rua.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0271/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca do Programa Bolsas Universitárias de Santa Catarina.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0272/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca da possibilidade de abertura de novas UTI's no Estado de Santa Catarina.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0273/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca da construção de um Centro de Ordenha no Centro de Educação Profissional Professor Jandir Bhering Faustino da Silva.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0274/2020, de autoria do Deputado Nazareno Martins, que solicita ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca do repasse de recursos financeiros para o hospital Nossa Senhora da Conceição, do Município de Angelina.  
 Em discussão.  
 (Pausa)  
 Em votação.  
 Os srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.  
 Aprovado.  
 Pedido de Informação n. 0275/2020, de autoria do Deputado Paulo Roberto Eccel, que solicita ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca de leitos de UTI no Município de Brusque.

Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.  
A Presidência informa que ficou sobrestada a Moção n. 0166/2020, na sessão anterior, de autoria do Deputado Jessé Lopes, e com base no Art. 235 do Regimento Interno considera prejudicada a citada moção, comunicação que já foi feita ao Autor da mesma, a quem agradece a compreensão.

Deputado Jessé Lopes - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Jessé Lopes.

DEPUTADO JESSÉ LOPES - Diz que aceita, compreende, e vai tentar reformular.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Moção n. 0176/2020, de autoria do Deputado Nazareno Martins, que manifesta ao Governador do Estado, apelo para que viabilize repasses financeiros à Associação das Irmãs Franciscanas de São José, com o propósito de manter o funcionamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição no Município de Angelina.

Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.  
Moção n. 0177/2020 de autoria do Deputado João Amin, que manifesta ao Ministro Jorge Mussi, aplauso por sua eleição para o Cargo de Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.  
Moção n. 0178/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, apelando ao Ministro da Economia e ao Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para que seja pago o benefício do Seguro Defeso, em atraso, aos pescadores do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.  
Moção n. 0179/2020, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que apela ao Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, para que adote medidas urgentes junto às empresas que comercializam planos de saúde em Santa Catarina, instando-as a manter a continuidade e regularidade dos serviços e a não aplicarem qualquer tipo de multa, na hipótese de eventual inadimplemento das mensalidades, no período compreendido entre os meses de abril e junho de 2020, em razão da pandemia da Covid-19.

Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.  
Moção n. 0180/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, que apela ao Fórum Parlamentar Catarinense e ao relator, Deputado Federal Orlando Silva, para que não meçam esforços na aprovação da Medida Provisória nº 936/2020, juntamente com as Emendas nº 265 e nº 363, a fim de mitigar os efeitos da crise advinda da pandemia da Covid-19.

Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.  
Moção n. 0181/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima, que apela ao Governador do Estado, para reconsiderar a decisão que retira o lanche da tarde e a ceia noturna dos médicos, enfermeiros e demais

funcionários do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, de Joinville.

Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.  
Moção n. 0182/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, que manifesta ao Ministro Jorge Mussi aplauso pela posse no cargo de Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), biênio 2020/2022, bem como por sua tenacidade, empenho, tirocinio jurídico e pelas relevantes contribuições à Justiça catarinense e brasileira.

A Presidência solicita que a assessoria faça uma correção, não é posse, é eleição, a posse se dará em outro momento. Também sugere aos autores, deputados Milton Hobus e João Amin, que fundam as moções que têm o mesmo objetivo, e que tenhamos, então, aprovadas as citadas moções que, sem dúvida nenhuma, é o reconhecimento deste Parlamento aos relevantes serviços prestados pelo eminente Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Jorge Mussi, catarinense que desempenhou brilhantemente as funções de Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, tendo sido também seu Presidente.

A Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0452/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling; 0453/2020, de autoria do Deputado Nazareno Martins; 0454/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado; 0455/2020, 0456/2020, 0457/2020, 0458/2020, 0459/2020, 0460/2020, 0461/2020, 0462/2020, 0463/2020, 0464/2020, 0465/2020, 0466/2020, 0467/2020 e 0468/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0471/2020, 0472/2020, 0473/2020, 0474/2020, 0475/2020, 0476/2020, 0477/2020, 0478/2020 e 0479/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno as Indicações n.s: 0641/2020, 0655/2020, 0656/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 0657/2020, 0658/2020, de autoria do Deputado João Amin; 0659/2020, de autoria do Deputado Altair Silva; 0660/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto; 0661/2020, de autoria do Deputado Altair Silva; 0662/2020, de autoria do Deputado Nazareno Martins; 0663/2020, 0664/2020, 0665/2020, 0666/2020, de autoria do Deputado Fabiano da Luz; 0667/2020, 0668/2020, 0669/2020, de autoria do Deputado João Amin; 0670/2020, de autoria do Deputado Felipe Estevão; 0671/2020, 0672/2020, 0674/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado; 0673/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 0675/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 0676/2020, de autoria do Deputado Vicente Caropreso; 0677/2020, 0678/2020, 0679/2020, 0680/2020, 0681/2020, 0682/2020, 0683/2020, 0684/2020, 0685/2020, 0686/2020, 0687/2020, 0688/2020, 0689/2020, 0690/2020, 0691/2020, 0692/2020, 0693/2020, 0694/2020, 0695/2020, 0696/2020, 0697/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta; e 0698/2020, de autoria do Deputado Volnei Weber.

Deputada Luciane Carminatti - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra à Deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Registra sua posição contrária às Indicações n.s 0641/2020, 0655/2020, 0661/2020 e 0672/2020.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Agradece à Deputada Luciane Carminatti e concede a palavra à Deputada Ada De Luca.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Concorde com a Deputada Luciane Carminatti, e afirma o seu voto contrário às matérias citadas pela mesma.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Ficam registradas as manifestações das Deputadas Luciane Carminatti e Ada De Luca.

Deputada Luciane Carminatti - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra à Deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Registra que foi aprovado, a pedido do Deputado João Amin, no último dia 06 de maio, a convocação do Secretário de Estado da Educação, que estará conosco amanhã, a partir das 13h, e todas as bancadas já foram comunicadas, sendo 12 os Deputados que se manifestarão pelo tempo de três minutos. Cita que na presente data foram deliberadas várias pautas relacionadas à Educação, e gostaria de pedir que as Lideranças aproveitem este momento importante em que o Secretário estará virtualmente conosco.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Fica registrada a convocação feita pela Deputada Luciane Carminatti. Concede a palavra pela ordem ao Deputado Volnei Weber.

DEPUTADO VOLNEI WEBER - Comenta sobre a Indicação n. 0698/2020, dirigida ao Governador do Estado, solicitando que seja reavaliada a alínea "c" inc. II, art. 8º, do Decreto Estadual nº 562/2020, que suspende por tempo indeterminado as aulas em todo o território catarinense.

Explica que o Decreto Estadual n. 562/2020, estabeleceu as medidas gerais de combate e enfrentamento à pandemia da Covid-19, por meio da adoção de regras de isolamento e quarentena.

Considerando que nos termos originais da alínea "c" inciso II, art. 8º, do Decreto Estadual n. 0562/2020, as aulas nas unidades da rede pública e privada do ensino municipal, estadual, federal, incluindo a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos, o EJA, ensino técnico e ensino superior estavam suspensas por prazo determinado, isso até o dia 31 de maio. Mas, na sequência, o Governador, através do Decreto Estadual n. 0587, de 30 de abril de 2020, alterou o art. 8º, convertendo a suspensão das aulas em todo o território catarinense por prazo indeterminado.

Pensa que essa conversão de suspensão das aulas por prazo indeterminado cria uma expectativa, e o calendário letivo de 2020 não será mais atendido e nem objeto de reposição, gerando com isso uma sensação de insegurança muito grande aos pais de alunos, entendendo também que a suspensão das aulas por prazo indeterminado, além do prejuízo do ensino básico, está ocasionando um prejuízo financeiro e econômico sem precedentes nas atividades das redes privadas de ensino infantil, fundamental, médio, técnico, profissionalizante e superior, em virtude da rescisão, em larga escala, dos contratos de prestação de serviços educacionais. Assim, devido à rescisão dos contratos de prestação de serviços educacionais perante as instituições de ensino privado, essas entidades estão ficando sem condições financeiras de manter ativos os contratos de trabalho com os seus colaboradores.

Afirma que o atendimento ao pleito se reverte da maior urgência e relevância para a sociedade em geral, requerendo que seja encaminhado ao Governo do Estado, e por meio deste ao Secretário de Estado da Educação, esta indicação para que seja reavaliada a alínea "c", inciso II, art. 8º, onde diz que o decreto é por tempo indeterminado, voltando a ser por prazo determinado, e automaticamente, minimizando essa insegurança dos pais e alunos, bem como a incerteza se haverá pagamento, porque muitos estão rompendo os contratos, principalmente no ensino inicial, nos primeiros anos, e isso vai gerar um vazio de um ano, futuramente, nas escolas particulares.

Então, solicita que seja mudado o prazo para determinado e que o Governo fique analisando periodicamente esta situação.

Deputada Luciane Carminatti - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra à Deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Agradece ao Deputado Volnei Weber pelo registro, pois igualmente tem muitos questionamentos quanto ao momento de voltar às aulas, e acredita que é preciso muita cautela para proteger as crianças.

Sabe que muitas empresas educacionais estão tendo prejuízo, também há a questão do debate entre ano civil e ano letivo, mas não é possível correr riscos, desta forma, deixa sua manifestação com relação à Indicação n. 0698/2020.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Acolhe a manifestação da Deputada Luciane Carminatti e concede a palavra pela ordem à Deputada Ada De Luca.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Acredita que o melhor é continuar com a prevenção para que não tenhamos que enfrentar medidas mais drásticas à frente. É preciso ter noção que o ano letivo realmente está prejudicado, e depois, ao fim da pandemia, resolver a situação, desta maneira deixa o seu apoio à Deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADO PAULO ECCEL - Indaga se à sessão Especial, com a presença do Secretário da Educação, será nos moldes da realizada com o Secretário da Saúde, se será anterior a sessão das 15h e os deputados que estão em *home office* receberão o *link* para participar da sessão.

DEPUTADO PAULO ECCEL - Indaga se à sessão Especial, com a presença do Secretário da Educação, será nos moldes da realizada com o Secretário da Saúde, se será anterior a sessão das 15h e os deputados que estão em *home office* receberão o *link* para participar da sessão.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Registra que a sessão será às 13h, conforme disse a Deputada Luciane Carminatti, e quanto às informações adicionais, pede ajuda à Presidente da Comissão de Educação, Deputada Luciane Carminatti, para os esclarecimentos.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Informa que a sessão será nos moldes daquela realizada com o Secretário de Estado da Saúde, três minutos para cada bancada, e será gerado um *link* àqueles que desejarem participar de forma virtual, além dos que participaram no Plenário.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Agradece à Deputada Luciane Carminatti pelos esclarecimentos e concede a palavra ao Deputado Volnei Weber.

DEPUTADO VOLNEI WEBER - Retomando ao assunto, diz que talvez não tenha se expressado muito bem quanto à Indicação n. 0698, que não seria retornar às aulas, mas modificar no decreto, onde consta prazo indeterminado, que passe a constar prazo determinado, que tenha período, e que automaticamente esse período possa ser prorrogado se necessário, e que isso seja avaliado periodicamente, gerando assim uma segurança aos pais e alunos que entenderão que tem prazo. Afirma que prazo indeterminado é muito longe, é sem expectativa, faz este esclarecimento.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Agradece ao Deputado Volnei Weber e concede a palavra pela ordem ao Deputado Altair Silva.

DEPUTADO ALTAIR SILVA - Repercuta matéria do jornalista Adelar Lessa, citando o nome do Deputado e também de vários outros Parlamentares, onde afirma que já teriam voto formado contra qualquer hipótese de

*impeachment*. Diz que não conhece o jornalista, não conversaram, e não sabe de onde ele tirou isso. Ressalta que os 40 Deputados têm responsabilidades com Santa Catarina, com este momento difícil de pandemia. Evidentemente, as notícias e os fatos concretos que têm vindo da parte do Governo do Estado não são nada alentadoras. Afirma que, ao longo do seu mandato, sempre pautou o seu voto pela coerência, pela verdade, e buscando o melhor para o estado. Explica que o jornalista não poderia ter feito tal afirmação, porque o voto tem um trâmite interno, um processo que ocorre dentro da Assembleia Legislativa, e vai votar com a verdade, pois a cada dia tem aparecido uma nova verdade, e algumas delas são muito assustadoras. Solicita ao jornalista que faça a correção em relação ao seu nome e de muitos outros que citou sem ao menos consultar.

\*\*\*\*\*

#### Explicação Pessoal

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Passa ao horário reservado à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. Deputado Rodrigo Minotto, a quem concede a palavra.

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Aproveita a oportunidade para manifestar-se, pois diante das notícias negativas do estado, há uma notícia positiva para o futebol catarinense. Informa que, pela manhã, teve uma audiência com o Governador do Estado, juntamente com o Presidente da Federação Catarinense de Clubes, Rubinho Angelotti, e senhor Francisco Battistotti, que é o representante da Associação Catarinense de Clubes. Afirma que no dia anterior, ao final, a Secretaria de Estado da Saúde publicou uma portaria determinando que ficam autorizadas as atividades para o treino do desporto profissional e amador no território catarinense, desde que atendidos, evidentemente, os critérios estabelecidos pela portaria.

Ressalta que também foi importante o diálogo, pelo fato de que o Governador pode ouvir as necessidades do setor, pois o clube também é uma empresa, e que tem os seus atletas como o maior patrimônio, e nada melhor do que também cuidar da saúde de cada trabalhador, ou seja, de cada atleta.

Relata que a partir de agora estão autorizados os treinos, as atividades físicas dos atletas dos clubes para que se possa, então, retomar a discussão da possibilidade de abertura dos times que puderem fazer as suas competições para a finalização do Campeonato Catarinense, pois faltam seis rodadas, ou seja, seriam três semanas em que poderia ser finalizado o Campeonato Catarinense.

Cita que o Governador se colocou à disposição, através da sua equipe, para que a própria Federação Catarinense de Futebol, juntamente com a Associação, apresentasse um protocolo cuidando da saúde de cada atleta, e também foi apresentado ao Governador um protocolo, um guia médico de sugestões protetivas na retomada progressiva do futebol profissional catarinense.

Afirma que a preocupação é a mesma para outras atividades esportivas, para quem está no campo profissional, como voleibol, futebol de salão, basquetebol, e tudo isso deverá ser aprimorado ao longo destas semanas para que, ao final do mês de maio, possamos ter avaliação de todo o trabalho que será feito através da equipe médica da Federação Catarinense de Futebol, juntamente com a equipe técnica da Secretaria de Estado da Saúde, onde os infectologistas vão discutir a forma.

Importante destacar a cobrança do Governo com relação aos clubes para que façam os devidos investimentos em cuidado da saúde dos atletas, considerando os testes que serão feitos a partir de agora, com cada atleta, e com a sua equipe técnica, com a diretoria. Também, no momento em que oportunamente vier a ser retomado o futebol catarinense profissional para que seja concluída a etapa do Catarinense da Série A, que tenham os seus atletas novamente sendo testados para que haja uma segurança total da saúde de cada um.

Informa, ainda, que o Governador atendeu demanda solicitada para audiência com o setor de transportes, que através do Sindicato das Empresas de Transportes de Pessoas de Santa Catarina, foi discutida a possibilidade de abrir um diálogo permanente para encontrar uma saída para o transporte coletivo, interestadual, intermunicipal, ou mesmo na condição urbana e metropolitana de Transporte Coletivo.

Afirma que resultados positivos estão advindo desse diálogo com o Governador, sempre pensando na saúde do catarinense, preservando a vida das pessoas, contribuindo para o fortalecimento do estado e da economia.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Parabeniza o Deputado Rodrigo Minotto, que tem encampado esta luta, e quando antes, cumprindo as exigências sanitárias, temos que incentivar o retorno às atividades, também para outros esportes e outros profissionais.

Cita, ainda, a questão dos ônibus que fazem transportes especiais, que poderiam ser liberados com o máximo de um usuário a cada dois bancos, e o próprio transporte dos jogadores muitas vezes é assim. Considera importante esta área que, além de envolver, dá uma força interior muito grande ao cidadão, com a vibração do esporte, a alegria, e também é uma grande fonte de divisas para o Estado. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, agradece aos senhores Deputados e senhoras Deputadas que participaram virtualmente ou compareceram ao Plenário nesta tarde.

Antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, Especial, para o dia subsequente, às 13h, para ouvir o Secretário de Estado da Educação.

Está encerrada a sessão. [Transcrição e revisão: Taquígrafa Sara].

# ATA DA 025ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2020

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 15h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira -

Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlianda - Paulinha - Paulo Eccel - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber. PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para

aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

O sr. Deputado Paulo Eccel registra que a Moção n. 0166/2020, retirada ontem por prejudicialidade, consta da Ordem do Dia da presente data.

A Presidência informa que fará a verificação junto à assessoria.

Passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

\*\*\*\*\*

#### Partidos Políticos

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE

CAROPRESO (Orador) - Registra que no dia 13 de maio foi promulgada a Lei Áurea, pela Princesa Isabel, extinguindo a escravidão no Brasil.

Também faz uma breve reflexão sobre as mudanças na sociedade causadas pela pandemia. Discorre sobre pequenos e importantes valores da humanidade que estavam enfraquecidos.

Comenta que os mais pobres serão os mais atingidos pelas dificuldades relacionadas ao COVID-19, e acrescenta que é reflexo de uma política rasteira, populista, messiânica e totalitária.

Enaltece a importância do SUS, dos profissionais de saúde, do setor de alimentos, da segurança e da Política decente. Reflete sobre a responsabilidade de ser Parlamentar, a obrigação de fiscalizar e trabalhar duro para atender os clamores da voz do povo. [Taquigrafia: Northon]

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador)

- Inicia sua fala, apresentando na tela uma dispensa de licitação da SC-PAR do Porto de São Francisco do Sul, e questiona a inflação dos seus diversos contratos.

Diz que isto é mais uma vergonha, e acrescenta que este porto está sendo dirigido por três oficiais militares da reserva, que assim são remunerados, e ainda mais como diretores do porto.

Diz que recebeu estas informações de pessoas de dentro do próprio porto, que não suportam mais estes desmandos com o dinheiro público, e denunciam a ligação de gente do governo com as suas redes, seja no Porto de Imbituba ou no Porto de São Francisco.

Mostra uma foto com o endereço da empresa localizada em uma casa no Rio Grande do Sul, mas que ninguém consegue falar com a proprietária.

Afirma que este Governo vai acabar com o Estado catarinense, que hoje é um paciente com câncer, com a metástase da corrupção em todos os setores, quase perda total. E o pior é que o chefe disso está igual aos outros envolvidos em corrupção, aprendeu rápido, dizendo sempre que sabe de nada e agora até correndo da live costumeira. [Taquigrafia: Guilherme]

O sr. Deputado Jessé Lopes pede a palavra pela ordem, e corrobora a fala do Deputado Kennedy Nunes, acrescentando outras denúncias em relação a SC-PAR.

Partido: PSL

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) -

Declara apoio ao presidente Jair Bolsonaro, afirmando que sua vitória eleitoral não pode cair na vala comum, pois se trata de um governante eleito democraticamente sem o apoio da máquina pública.

Diz que o acesso à informação, proporcionado pela internet, possibilitou à população conquistas importantes, e a partir daí, a prisão de um presidente corrupto, o impeachment de presidente irresponsável, bem como a eleição, por meio das redes sociais, de um presidente de direita, sem o uso de dinheiro público.

Afirma que estão sendo propagadas notícias falsas por veículos de comunicação a respeito de Jair Bolsonaro, contendo títulos tendenciosos que enganam leitores e ouvintes, e faz apresentação destas imagens.

Expõe repúdio à atitude de professor de uma escola pública no município de Antonio Carlos, acusando-o de transformar notícias falsas em doutrinação ideológica no ambiente escolar.

Finalizando, relata que vai fazer pedido de retaliação ao professor, alegando

que o mesmo tem ligação com o Partido dos Trabalhadores e está mentindo para os seus alunos. [Taquigrafia: Roberto]

PARTIDO: PP

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

(Orador) - Elogia e presta homenagem ao trabalho imprescindível dos hospitais filantrópicos e dos profissionais de saúde do estado, principalmente em momento de pandemia.

Comenta que nem sempre o Governo estende a mão para a saúde de Santa Catarina, e relata que há recursos de emendas federais no valor de R\$ 45 milhões para serem repassados aos hospitais, que ainda não foram liberados. A situação é a mesma com relação às emendas dos Deputados estaduais. Afirma que muitos hospitais perderem 70% das suas receitas, pois estão impedidos em alguns procedimentos. Faz um apelo ao Governo para que haja resolução nesta questão.

Relata que propôs ao Governo do Estado a criação, através da Frente Parlamentar e associações que representam os hospitais filantrópicos, de um grupo de acompanhamento das ações, junto à rede hospitalar filantrópica municipal e estadual, com o objetivo de avaliar regionalmente as demandas, para atender e tomar decisões mais acertadas.

Finalizando, reprova aqueles que estão se aproveitando da pandemia para tomar decisões corruptas na gestão do dinheiro público. [Taquigrafia: Northon]

Partido: PSB

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER

(Orador) - Diz ter recebido a notícia de que os primeiros 50 respiradores já estão chegando no Brasil, dos 200 contratados pelo Estado e que são alvo da CPI.

Lembra que ainda faltam chegar outros 150 respiradores, pede aos Parlamentares que não se esqueçam do caso ocorrido em cima da compra superfaturada dos mesmos. Alerta ainda que eles podem não ser os mais adequados para as necessidades da Secretaria de Estado da Saúde, uma vez que são para unidades móveis e não para UTI de hospital. Ressalta a importância da investigação dos fatos.

Fala da intenção do Governador em criar uma linha de celular exclusiva com os deputados, e reforça que isso é coisa do passado e não resolve o problema. Pede ao Chefe do Executivo que saia e visite os municípios catarinenses e conheça a realidade dos mesmos.

Cobra planejamento por parte do Governo e diz que este está à deriva, comenta sobre a tentativa de aproximação do Executivo com o Legislativo, e pede cuidado aos deputados, chamando esta tentativa de cortina de fumaça. [Taquigrafia: Guilherme]

Partido: MDB

DEPUTADA ADA DE LUCA (Oradora) -

Lembra que hoje é o Dia da Abolição da Escravatura e fala sobre o abismo, ainda existente, entre os povos que habitam no Brasil, pois negros e brancos não têm as mesmas oportunidades e nem o mesmo reconhecimento, tal fato se agravando para as mulheres. Reforça seu compromisso de lutar sempre pela igualdade.

Discorre sobre a preocupante situação política e as condições de saúde no estado de Santa Catarina. Expõe grande preocupação com as decisões que estão sendo tomadas pelo Governo do Estado, cita a queda nos índices de isolamento social e demonstra espanto com a discussão sobre o retorno do transporte coletivo.

Afirma que é necessário muito cuidado para ser possível a volta das atividades escolares e ressalta a importância de discutir tecnicamente esta pauta.

Reconhece que existe uma linha tênue entre saúde e economia, mas defende que sejam tomadas todas as medidas e cuidados necessários pela preservação da vida. Finaliza, parabenizando o Criciúma Esporte Clube, que completa 73 anos na data atual. [Taquigrafia: Roberto]

Partido: MDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Registra a importância da reunião com o Secretário de Educação, presidida pela presidente da Comissão de Educação, Luciane Carminatti. Comenta que dia 15 de maio haverá uma reunião para definir uma data de retorno das atividades escolares presenciais.

Relata a difícil situação dos motoristas de transportes escolares, pois estão sem renda. Pede para que o Poder Executivo trate esta situação junto aos Prefeitos.

Pede para que o Governo reflita sobre a possibilidade de iniciar atividades dos cursos de idiomas e profissionalizantes seguindo os devidos protocolos de segurança e saúde.

Deputado Mauro de Nadal (Aparante) - Reforça a importância de cuidar dos motoristas de transportes escolares, pois muitos possuem apenas uma fonte de renda. E afirma que os deputados estão trabalhando em uma alternativa para que se permita o pagamento a estes profissionais. [Taquigrafia: Northon]

Partido: PL

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

(Orador) - Fala da denúncia do Deputado Kennedy Nunes sobre o Porto de São Francisco do Sul, e diz que rato magro quando vê queijo se empapuaça, em alusão ao ocorrido dentro do Governo. Comenta que, no Executivo, cada um está fazendo o que quer.

Fala do projeto de autoria do Deputado José Milton sobre os hospitais filantrópicos, e questiona o decreto do Governador, se perguntando como estes poderiam cumprir a meta estabelecida sendo que estão canceladas as cirurgias eletivas.

Diz que levará este projeto à Comissão de Constituição e Justiça e pedirá a derrubada do veto, pois os hospitais estão vazios, esperando a COVID-19 e a mesma não vem.

Traz a reunião que teve com a Bancada do Oeste, onde estão com problemas nos hospitais e até o momento não receberam nenhuma ajuda do Governo. Apresenta um ofício encaminhado para o Secretário da Saúde e da Casa Civil relatando as demandas da região.

Finaliza, dizendo que o Controlador Geral do Estado, para ganhar mais, está participando de Conselhos do Governo, e questiona tais práticas, afirmando estar tudo errado no Executivo. [Taquigrafia: Guilherme]

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) -

Relembra que desde o início de fevereiro demonstrou preocupação com a Pandemia e durante esse período muitos pedidos e cobranças foram feitos ao Governo do Estado.

Registra que uma das primeiras solicitações feitas foi a aquisição de testes rápidos, que precisam de reposição urgentemente, pois são necessários para avaliar a situação de profissionais da saúde que se encontram afastados sob suspeita de contaminação.

Lembra que foram solicitados respiradores e lamenta a vergonhosa situação que envolveu a compra dos aparelhos durante a pandemia. Expõe a necessidade imediata de aquisição de novos respiradores e EPIs para o estado de Santa Catarina. Destaca, ainda, conforme foi citado na reunião da Bancada do Oeste, que há casos de hospitais que não receberam nenhum centavo do Governo do Estado, nem o que recebiam antes e nem o complemento por serviços prestados.

Finaliza, fazendo apelo pela contratação de novos profissionais, expansão de leitos de UTI e renovação dos contratos temporais de médicos, enfermeiros, farmacêuticos e outros profissionais que envolvem a saúde pública.

Afirma que tem apresentado sugestões de ações para manutenção dos empregos, a retomada da economia, bem como o acolhimento das pessoas em vulnerabilidade social, além da disponibilização de testes da Covid-19 pelo SC-Saúde. Cita ainda, a questão da estagiagem, que está demandando atenção. [Taquigrafia: Roberto]

\*\*\*\*\* \* \* \*

#### Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0132/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, que estabelece prazo mínimo para entrega de propostas referentes aos editais de licitação de contratação da Administração Pública Estadual.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

Discuti a presente matéria, o sr. Deputado Milton Hobus.

Em votação.

O sr. Deputado Milton Hobus encaminhou votação favorável ao projeto e pediu apoio dos nobres colegas, bem como os srs. Deputados Sargento Lima e Valdir Cobalchini.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno o Projeto de Lei n. 0135/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima, que reconhece o transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros como essenciais para população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia. Dentro deste projeto foi apensado o PL./0161.6/2020.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Tributação e Finanças.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados: Fernando Krelling e Maurício Eskudlark.

Em votação.

Encaminharam voto favorável os srs. Deputados: Valdir Cobalchini, Sargento Lima, Paulinha, Fernando Krelling, Maurício Eskudlark, Luiz Fernando Vampiro, Jessé Lopes, Coronel

Mocellin, Milton Hobus, Jerry Comper, Volnei Weber, Felipe Estevão, Altair Silva, Sergio Motta, Marcius Machado, Moacir Sopelsa, Neodi Saretta e Jair Miotto.

Encaminharam voto contrário os srs. Deputados: Ada De Luca, Luciane Carminatti e Paulo Eccel.

Conforme solicitação do autor da matéria, Deputado Sargento Lima, a Presidência encaminha votação nominal.

Os srs. Deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA não

DEPUTADO ALTAIR SILVA sim

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO sim

DEPUTADO BRUNO SOUZA sim

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN sim

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO sim

DEPUTADO FABIANO DA LUZ sim

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO sim

DEPUTADO FERNANDO KRELLING sim

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim

DEPUTADO IVAN NAATZ sim

DEPUTADO JAIR MIOTTO sim

DEPUTADO JERRY COMPER sim

DEPUTADO JESSÉ LOPES sim

DEPUTADO JOÃO AMIN sim

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim

DEPUTADO JULIO GARCIA sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES sim

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER sim

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI abst

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO sim

DEPUTADO MARCIUS MACHADO sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADA MARLENE FENGLER sim

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim

DEPUTADO MAURO DE NADAL sim

DEPUTADO MILTON HOBUS sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NAZARENO MARTINS sim

DEPUTADO NEODI SARETTA sim

DEPUTADO NILSO BERLANDA sim

DEPUTADA PAULINHA sim

DEPUTADO PAULO ECCEL não

DEPUTADO RICARDO ALBA sim

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO LIMA sim

DEPUTADO SERGIO MOTTA sim

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI sim

DEPUTADO VOLNEI WEBER sim

Está encerrada a votação.

Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. O sr. Presidente, Deputado Julio Garcia, acolheu as manifestações dos Deputados Felipe Estevão, Jair Miotto, Luiz Fernando Vampiro, Marcos Vieira, Moacir Sopelsa, Rodrigo Minotto, Sargento Lima favoráveis ao projeto de lei, fora do sistema eletrônico de votação. Totalizando assim 33 votos, sendo 30 "sim", dois "não" e uma abstenção. Posteriormente, o sr. Presidente acolheu, após o encerramento da votação, a solicitação de retificação de voto da Deputada Luciane Carminatti, manifestando-se contrário ao projeto, alterando assim o resultado final da votação: 30 votos "sim", três "não" e zero abstenções.

Votaram 33 srs. Deputados. Temos 30 votos "sim", três votos "não" e nenhuma abstenção.

Aprovado.

A Presidência encerra a presente sessão convocando outra, extraordinária, para às 17h21 para votação da redação final dos dois projetos aprovados na presente data e a complementação das matérias.

Está encerrada a sessão.

[Transcrição: Taquígrafa Sílvia] [Revisão: Taquígrafa Sara].

# ATA DA 008ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2020

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 17h21, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Paulinha - Paulo Eccel - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber. PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

#### \*\*\*\*\* Ordem do Dia

A Presidência dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0132/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação da redação final do Projeto

de Lei n. 0135/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0276/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca dos motivos pelos quais o Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux teve credenciamento de seus dez leitos de UTI negado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0277/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca da conclusão da obra de pavimentação da SC-467, entre os Municípios de Jaborá e Ouro.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0278/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Fazenda, informações acerca da previsão de que o Estado vai empobrecer 25% com a pandemia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0279/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca dos valores pagos de forma antecipada durante a pandemia da Covid-19 e o que foi adquirido em cada pagamento antecipado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0280/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca da primeira carga de cinquenta respiradores artificiais que já tem data para embarcar e chegar ao Brasil.

Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Pedido de Informação n. 0281/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca de plano de cargo e salários da Fundação Catarinense de Cultura.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Pedido de Informação n. 0282/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca do processo licitatório para aquisição de novo tomógrafo, destinado ao Hospital Tereza Ramos.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Pedido de Informação n. 0283/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca de medidas prévias ao pedido de habite-se do Hospital Governador Celso Ramos.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Pedido de Informação n. 0284/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da Dispensa de Licitação nº 5/2020 da SCPAR Porto de São Francisco do Sul.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Pedido de Informação n. 0285/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, solicitando ao Secretário de Estado da Fazenda, informações acerca dos comandos da Lei nº 17.763, de 12 de agosto de 2019 que foram regulamentados, bem como da previsão para regulamentação dos dispositivos da referida Lei.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Pedido de Informação n. 0286/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca de estudos para a concessão à iniciativa privada do Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Pedido de Informação n. 0287/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do andamento do Edital Concorrência nº 001/2020 que visa conceder o Centro de Eventos de Balneário Camboriú para a iniciativa privada.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.

Pedido de Informação n. 0288/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca dos custos fixos do Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Pedido de Informação n. 0289/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca da execução das obras das passarelas para pedestres na Rodovia SC-401.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Pedido de Informação n. 0290/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da experiência na área de controle interno por parte do Controlador Geral do Estado de Santa Catarina.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Pedido de Informação n. 0291/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca da previsão de conclusão da E.E.B. Governador Ivo Silveira.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Pedido de Informação n. 0292/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca do pedido de municipalização do trecho da SC-110 entre os quilômetros 95 e 97 no Município de Lontras.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Pedido de Informação n. 0293/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca das obras de recuperação e manutenção das Escolas de Ensino Básico Juracy Maria Brosig, Doutor Paulo Medeiros, Gertrudes Benta da Costa e Marli Maria de Souza, localizadas no Município de Joinville.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Pedido de Informação n. 0294/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca dos prazos internos e o parecer da Secretaria da Educação atinente ao Processo SOL 00003740/2017, que se refere ao Plano Estadual de Esporte e Lazer.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Pedido de Informação n. 0295/2020, de autoria da Deputada Marlene Fengler, solicitando ao Secretário de Estado da

Educação, informações acerca do funcionamento do programa UNIEDU.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Neste momento, a Presidência esclarece ao Deputado Paulo Eccel sobre a Moção n. 0166/2020, que a mesma não consta na pauta da Ordem do Dia na presente data, e que foi considerada prejudicada na forma do Regimento Interno conforme esclarecimento na sessão do dia de ontem.  
Moção n. 0183/2020, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, apelando ao Governador do Estado, para que sejam adotadas medidas, para que o plano Santa Catarina Saúde faça a cobertura de exames de testagem relacionadas ao coronavírus para seus segurados.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovada.  
Moção n.0184/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, apelando ao Ministro da Saúde, pela regularização das Bolsas Mensais aos profissionais Residentes do SUS.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovada.  
Moção n.0185/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, apelando ao Ministro da Saúde, para que sejam realizados testes em massa visando ao diagnóstico do coronavírus, bem como o levantamento de dados e rastreamento dos infectados.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovada.  
Moção n. 0186/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, apelando ao Diretor-Geral do DNIT, para que não meçam esforços em viabilizar a instalação de um redutor de velocidade na SC-285, km 4, no trecho da Serra da Rocinha, que liga a BR-101, no Município de Ermo, em Santa Catarina, a fim de evitar acidentes graves e mortes como vêm ocorrendo constantemente.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovada.  
Moção n. 0187/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, cumprimentando a equipe dos policiais militares do pelotão de Policiamento Tático da 1ª Cia do 12º Batalhão de Polícia Militar e Pelotão de Policiamento Tático do 1º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, pelo êxito e profissionalismo demonstrado na operação ocorrida em Balneário Camboriú.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Em votação.  
Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovada.  
Moção n. 0188/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, cumprimentando o Presidente da Cooperativa Central Aurora Alimentos, pela distribuição de 310 toneladas de carne de frango para comunidades carentes afetadas pela pandemia do coronavírus nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0189/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, apelando ao Governador do Estado, por informações sobre as ações concernentes ao cumprimento da Lei Estadual nº 17.933, sancionada no dia 24 de abril de 2020.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Altair Silva.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

As Moções n.s.: 0190/2020 e 0191/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, têm a mesma redação, portanto ficam prejudicadas.

Moção n. 0193/2020, de autoria do Deputado Sérgio Motta, parabenizando os profissionais da saúde e os enfermeiros, pelo trabalho na linha de frente no combate a Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica que o Deputado Kennedy Nunes apresentou requerimento verbal na sessão anterior, e na forma do Regimento Interno, a Presidência tem prazo de cinco sessões para deferir, uma vez que se trata de transcrição de matéria nos Anais da Casa, após ouvida a Mesa. Assim, procederemos na forma do Regimento.

(Passa a transcrever a nota conforme requerimento.)

“NOTA DE REPÚDIO A Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão - ACAERT repudia as declarações feitas hoje pelo Governador Carlos Moisés da Silva durante um evento transmitido ao vivo para empresários

em nível nacional. Durante o evento, Carlos Moisés da Silva insinuou que a imprensa catarinense deveria ser cerceada através da pressão de empresários, na condição de anunciantes dos veículos de comunicação, em torno do que ele considera um “jornalismo decente”. A ACAERT considera que esse tipo de manifestação demonstra, por parte do governante, um total desconhecimento do papel da imprensa, que tem a obrigação de divulgar toda e qualquer informação que for de interesse público e para o bem da sociedade. Reforçamos ainda que o segmento não mediu esforços, desde o início da pandemia, para levar a informação precisa aos catarinenses, reforçando os protocolos de segurança das autoridades de saúde e dando ampla divulgação, principalmente, aos esforços do Governo do Estado no combate à COVID-19, que teve horas de exposição na programação das principais emissoras de Santa Catarina. Nos surpreende, portanto, o conteúdo dessas declarações pelo tom de ameaça e as insinuações autoritárias, uma vez que o próprio mandatário elogiou e agradeceu publicamente por diversas vezes em coletivas de imprensa a cobertura profissional que vem sendo feita pelos mesmos veículos que hoje ele pede que sejam responsabilizados por fazerem justamente aquilo que lhes é de obrigação, informar a população. Esperamos que prevaleça o respeito com o segmento da comunicação e com a democracia, na qual a liberdade de imprensa é um direito inegociável e não pode sofrer qualquer tipo de pressão ou insinuação por parte de quem quer que seja. Como proferiu a suprema corte americana ao absolver os jornais que divulgaram documentos secretos: ‘A imprensa deve servir aos governados, não aos governantes’. Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão-ACAERT.”

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

A Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0480/2020, 0481/2020, 0482/2020, 0483/2020, 0484/2020, 0485/2020, 0486/2020,

0487/2020 e 0488/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 0489/2020 e 0490/2020, de autoria do Deputado Altair Silva; e 0491/2020, de autoria do Deputado Kenedy Nunes.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0699/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto; 0700/2020, 0701/2020, 0702/2020, 0703/2020, 0704/2020, 0705/2020, 0706/2020, 0707/2020, 0708/2020, 0709/2020, 0710/2020, 0735/2020 0736/2020, de autoria do Deputado João Amin; 0711/2020, 0712/2020, 0713/2020, 0714/2020, 0715/2020, 0716/2020, 0717/2020, 0720/2020, 0722/2020, 0723/2020, 0724/2020, 0725/2020, 0726/2020, 0727/2020, 0728/2020, 0729/2020, 0730/2020, 0731/2020, 0732/2020 e 0733/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 0718/2020, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 0719/2020 e 0737/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus; 0721/2020, de autoria do Deputado Ismael dos Santos; 0734/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso; 0738/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado; 0739/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes; 0740/2020 e 0741/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 0742/2020, 0743/2020, 0744/2020, 0745/2020, 0746/2020, 0747/2020 e 0748/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; e 0750/2020, de autoria de autoria do Deputado Sérgio Motta.

O sr. Presidente, Deputado Julio Garcia, acatou a manifestação contrária da Deputada Luciane Carminatti à Moção n. 0739/2020.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente)

- Não havendo oradores a fazer uso da palavra, a Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, às 15h, para a semana subsequente. [Trancrição: Taquígrafa Sílvia] [Revisão: Taquígrafa Sara].

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

#### ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e vinte, às treze horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se, virtualmente, na sala de reuniões das Comissões, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Deputado José Milton Scheffer, os membros da Comissão: Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Volnei Weber, Deputado Coronel Melolin, Deputada Marlene Fengler e Deputado Neodi Saretta. Deputado Marcos Vieira enviou justificativa pela sua ausência. O Presidente agradeceu a presença também do Deputado Mauricio Eskudlark, Deputado Altair Silva, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Fabiano da Luz e do Deputado Federal Celso Maldaner que também participaram virtualmente da reunião além dos convidados: Presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados do Estado de SC - SINDILEITE, Valter Brandalise; Representante da Aliança Látcea Sul Brasileira, Airton Spies; Secretário Adjunto de Estado da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, Ricardo Miotto; Presidente da Federação da Agricultura de SC (FAESC), José Zeferino Pedroso; Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de SC (FETAESC), José Walter Dresch; Presidente da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de SC (FECOAGRO), Claudio Post e do seu Diretor Executivo Ivan Ramos; Diretor Superintendente da Organização das Cooperativas do Estado de SC (OCESC), Neivo Luiz Panho; Presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC (CIDASC), Luciana Surdi; Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (Epagri), Edilene Steinwandter e seu Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação Wagner Miranda Portes; Representante da Associação Catarinense de Criadores de Bovino (ACCB), Felix Muraro Junior; Representantes da Associação

dos Produtores de Leite do Extremo-Oeste, Guilherme Gottardi Werlang e Junior Meurer; Representante da Superintendência do Agro do Banco do Brasil, Flávio Alberto Sebbem Covolo. Verificando inicialmente o quórum regimental, o Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação das atas da 2ª reunião Ordinária e da 1ª reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, as quais foram aprovadas por unanimidade. Dando início à ordem do dia, o Deputado José Milton Scheffer, explanou o objetivo da reunião, qual seja o de debater sobre a situação atual da cadeia produtiva do leite, produção e industrialização, frente à estiagem e pandemia da Covid-19, proposta pelo deputado Moacir Sopelsa. Segundo ele, a cadeia do leite em SC é da mais alta importância para o nosso estado, com Valor Bruto da Produção (VBP) superior R\$ 3,7 bilhões e corresponde ao 11,3%, sendo o terceiro produto em relevância, ficando atrás apenas de suínos e aves. Ainda segundo o parlamentar, os principais motivos da crise no setor são a época do ano (outono) somado a estiagem prolongada, diminuindo o crescimento da pastagem ou impedindo o plantio da nova pastagem, desta forma, a estiagem já fez com que 44,2 milhões de litros de leite deixassem de ser produzidos (9,1 milhões em março, e 17,2 milhões em abril e 17,7 milhões em maio), que significam uma queda na receita próxima R\$ 56,3 milhões aos produtores. Já um levantamento da Epagri aponta que até 10 de abril, houve importante redução na demanda de alguns lácteos, devido principalmente as dificuldades na comercialização das indústrias, fazendo com que houvesse aumento dos custos de produção em função do aumento dos preços do milho e da soja. Ainda de acordo com Scheffer, além de todas as causas anteriormente apontadas, a pandemia do Covid-19, ocasionou a retração do consumo dos produtos lácteos (restaurantes, cafeterias e outras, estavam fechadas. Passado a palavra para o proponente, Deputado Moacir Sopelsa que agradeceu a presença de todos os representantes já nominados e acrescentou algumas informações da cadeia do leite. Segundo ele, Santa Catarina tem em torno de vinte cinco mil famílias que ainda produzem leite e é bom lembrar que já fomos 50 a 60 mil famílias. O setor se profissionalizou tornando-se uma das principais atividades na economia do agronegócio em Santa Catarina, com produção de quase três

bilhões de litros de leite por ano, o que coloca o Estado na posição do quarto maior produtor de leite no país, a frente de Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. De acordo com Sopesla, esse assunto da crise do leite, notadamente o preço recebido pelo produtor, é discutido por muitos anos e tem que se chegar numa proposta que, apesar dos problemas já citados como estiagem, pandemia, aumento de custos, ineficiência do sistema de produção, dificuldade de comercialização, tributação sobre o leite e sobre os insumos e outros, mostre o que cada segmento pode fazer para ultrapassar essa crise conjuntural que se está passando e contemple os produtores e a indústria. Não se pode admitir que enquanto o preço de gôndola está em R\$ 3,00, o produtor recebe R\$ 1,30. Está menor do que uma garrafa de água mineral, segundo o parlamentar. Precisa-se verificar o que pode ser feito no programa de equivalência para melhorar as condições para a cadeia do leite (aumentar o limite de 5 sacas de milho), com ajuda da SAR e do sistema FECOAGRO. Na sequência a palavra é passada ao representante dos produtores, Guilherme Gottardi Verlang, que enalteceu a iniciativa da reunião e que como representante de mais de 10mil produtores, falou que pretendem profissionalizar a comercialização do leite, criando-se um preço referência que norteará o produtor para administrar bem o seu negócio uma vez que SC sempre foi de inovar, como já aconteceu com o voto eletrônico, poderá inovar também nesta questão do preço referência, isso baseado no CONSELEITE, média dos preços do CEPA, segundo argumentou. Na necessidade de um grande esforço de cada elo da cadeia em conjunto com o Legislativo de SC, falou Verlang. Já o Presidente da ACCB - Felix Muraro Junior, falou que gostaria de discutir as questões de crédito rural e seu refinanciamento, bem como algumas ações para amenizar as questões dos custos de produção. Já Valter Brandalise, Presidente do SINDILEITE, enfatizou que SC produz 11% do leite brasileiro onde 40 a 50 mil famílias vivem do leite, movimentando 3,7 milhões de litros de leite nessa cadeia e que SC necessita colocar o setor leiteiro em evidência, no lugar que ele merece, uma vez que praticamente 250 a 300 mil pessoas estão envolvidas direta e indiretamente com o setor. Segundo ele, tem que se buscar a competitividade, resolvendo as questões tributárias para se ter paridade com os demais estados da federação, ou seja, o cenário atual é que está havendo uma baixa na produção, o preço do leite está bom, comparado aos demais estados e o desafio é resolver as questões tributárias. Ele afirmou que SC está perdendo no preço do leite para o RS em função da disparidade de tributos, pois quando houve a publicação dos Decretos 1866 e 1867, apresentaram estudo ao governo de SC e houve uma promessa de se fazer a equalização, mas essa discussão parou em função da pandemia. Resolvendo essa questão os preços ficam num patamar aceitável. Brandalise falou ainda que a estiagem iniciou quando se iniciou a entressafra e que isso ainda irá trazer reflexos mais adiantes, mas o cenário de consumo está dentro da normalidade, pois tudo que está se produzindo está se vendendo. Em função da elevação do dólar, a importação foi menor do que nos anos anteriores o que mostra que a importação prejudica os preços ao produtor, uma vez que pressiona o mercado porque é realizada no momento em que a oferta de leite está crescente, afirmou ainda. Jose Zeferino Pedrosa da FAESC saudou os presentes e fez questão de esclarecer a fundação do CONSELEITE em 14/12/2006, iniciativa da FAESC e do SINDILEITE, onde se tem paridade de votos da indústria e da FAESC (produtores) para discutir os preços a serem praticados. Segundo ele, no entanto há um problema na metodologia, que não leva em consideração o custo do leite, mas apenas se considera o mercado. Ele solicitou que os produtores participem das reuniões do CONSELEITE porque com certeza possuem mais argumentos para as discussões, por sentirem na pele a situação, e podem discutir em alto nível com o Sindileite. Pedrosa fez também um apelo para que se chegue a solução do impasse tributário e enfatizou que estão realizando a reforma do estatuto do CONSELEITE e convidou os produtores a participarem. Jose Walter Dresch da FETAESC reforçou que o produtor está fazendo a sua parte, está se profissionalizando e se faz necessário colocar um ponto final nessa questão da desigualdade tributária e do endividamento do produtor. Ailton Spies da Aliança Láctea para o Sul do Brasil, colocou duas vertentes de discussão, sendo uma delas a crise, custos de produção, estiagem, Covid-19, dificuldades em fechar as contas do produtor, etc., e outra vertente que é estrutural, ou seja, para onde SC vai no futuro. Ele explicou sobre os objetivos da Aliança Láctea Sul Brasileira que em dezembro de 2014 foi oficialmente instalada, e que se trata de um fórum de discussão técnico e estratégico para o leite. Ainda de acordo com Spies, a premissa básica é de que já se tem 37% de todo leite produzido no país e se chegará em breve a 50%, o grande desafio é comercializar leite e o que se sabe até o momento, é que foi fácil aumentar a produção. De acordo com Spies, SC crescia até agora à taxas de 10% ao ano, ou seja, já se estava estagnado porque aumentava-se a produção para diminuir as importações e agora se chegou no limite, ou seja, qualquer aumento significativo na produção será necessário excluir outros produtores menos eficientes porque se depende somente do mercado interno e não se conseguirá aproveitar essa grande oportunidade de produção que se tem em virtude das ótimas condições de clima, solos, mão-de-obra, pastagem e outras. Ele continuou sua fala, dizendo que para se poder exportar, será necessário ser mais eficiente, com melhor qualidade do leite, produzido com custos e logística eficiente como foi com as aves e os suínos que já fizeram a lição de casa. Para o momento o poder público deve entrar em ação para minimizar a crise, sem esquecer-se de buscar a eficiência do setor, segundo argumentou. Spies salientou que o mercado mundial, notadamente a China está aberto para expansão de mercado, e que a Aliança Láctea está à disposição para tornar o leite à estrela do momento, basta imitar as cadeias que se tem funcionando, como aves e suínos, ou seja, é preciso se profissionalizar e formalizar as relações

entre todos os elos da cadeia. O Deputado Federal Celso Maldaner, parabenizou a todos pela discussão do tema e disse que faz parte, como sub-relator da Comissão Permanente do Leite, onde estão tratando do tema nacionalmente e se colocou à disposição para levar adiante as ações a nível federal. Edilene Steinwandter, Presidente da Epagri agradeceu o espaço e citou o relatório realizado pela Epagri/CEPA em 289 municípios do estado que traz uma fotografia de todos os produtos, efeitos da estiagem e da pandemia do Covid-19. Ela esclareceu também sobre um trabalho que realizaram para o Ministério Público a fim de coibir possíveis abusos nos preços praticados na agricultura. Já o Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Epagri, Vagner Miranda Portes, agradeceu o convite e citou o levantamento que trouxeram as informações sobre o setor, que já foram disponibilizadas a todos na reunião passada. O Deputado Maurício Eskudlark parabenizou pelo tema e enfatizou a importância de se brigar pelo equilíbrio de preço referência e não pela linha de crédito que é apenas um remédio momentâneo. Claudio Post, Presidente da FECOAGRO cumprimenta a todos e destacou o fato de que a organização vive as duas pontas, a dos produtores e da indústria. Segundo ele, há reclamação de ambas as partes e ainda do consumidor, ou seja, reclamam da falta de rentabilidade, da insegurança, sendo assim, acredita que deva haver um maior diálogo entre as duas partes. De acordo com o Presidente, o que necessitam é resolver as questões para fazer com que a atividade sejam mais profissionalizadas e ainda, necessitam da contribuição da Epagri, que precisa mudar o modelo de prestação de serviço ou visão do negócio, para uma produção de leite a pasto, sem ser obrigatoriamente nativo, podendo ser através de silagem para mitigar possíveis problemas como a estiagem. Outras ações, segundo Post, seria retomar a construção de cisternas com juros menores, continuar a profissionalização através do SENAR, SESCOOP e da Epagri, além de investir no marketing do leite para sua valorização. O Deputado José Milton registrou a presença do Deputado Mauro de Nadal. O Senhor Neivo Luiz Panho, da OCESC, agradeceu aos deputados José Milton e Moacir Sopesla entre outros, a luta pelo Convênio 100 e falou que o tema é muito pertinente e referendou o que foi dito pelos que lhe antecederam. O Deputado Neodi Saretta, falou de sua preocupação com o pós-pandemia, o desemprego e se colocou à disposição do setor. A Presidente Luciana Surdi, da CIDASC agradeceu a todos pelo convite e aproveitou para dizer que nenhuma indústria de laticínio foi interditada, ela enfatizou a necessidade da Sanidade Animal para melhorar a qualidade do Leite e falou sobre a nova portaria 16 de 2020 que foi publicada no dia 04/06 que fala da qualidade do leite, onde enfatiza a questão dos exames de brucelose e tuberculose nos rebanhos e prevê coleta em tanque de expansão. Segunda ela, é meta do governo de SC a redução da tuberculose e brucelose para chegar a níveis desprezíveis a fim de se poder atender o mercado externo. Flavio Sebem Covolo, da Superintendência do Banco do Brasil - Agronegócios enfatizou as Resoluções 4801 e 4802 que acompanha as situações da Pandemia e da Estiagem permitindo a renegociação (prorrogação) das operações de crédito. Ele destacou que a cadeia do leite está incluída, ou seja, prorroga-se até um ano, transferindo a parcela desse ano para após a última parcela e que isso pode ser feito até através do celular ou nas agências. Covolo destaca que para os municípios que estão enquadrados em estado de emergência também pode ser utilizado esse recurso, ou seja os prazos variam de 180 dias a prazos maiores, basta contatar com a agência, sendo que a atividade leiteira também tem taxas especiais para utilizar o crédito rural. A Deputada Marlene, cumprimentou a todos e ressaltou a importância da reunião, haja vista a presença de tantos especialistas do setor e disse que acredita que cabe à Comissão construir soluções unindo as pontas dos produtores, indústria e governo, para unir os vários caminhos que o setor necessita. Disse ainda, que o estado deve assumir essa cadeia como uma cadeia prioritária e que auxilie na construção dessas soluções. Já o Deputado Altair Silva falou que os produtores fazem solicitações sobre preços e prazos de pagamentos e que com a Pandemia esses prazos de pagamentos aumentaram muito, por isso ele sugeriu que a reunião do CONSELEITE fosse transmitida ao vivo para que os produtores pudessem ter a informação sobre o que se discute. O Deputado Volnei Weber cumprimentou a todos, salientando a dificuldade que o setor enfrenta, uma vez que é preciso integração e sugeriu a implantação de pequenas plantas de forma associativa para industrializar o leite e promover vendas diretamente nas cadeias locais. O parlamentar citou uma experiência de Criciúma, no RS onde se implantou pequenas plantas para industrializar o produto e agregar valor ao produto leite. Já o Senhor Guilherme Gottardi Verlang, da ACCB que é produtor e veterinário enfatizou a necessidade de se criar o preço referência(base) para o leite, que deve ser publicado todos os meses. Ele falou que tem acompanhado através de 40 a 70 planilhas, os custos de produção do leite, destacando que o custo médio foi de 1,40, em 2018. Ele falou ainda que não se pode ter o leite a um preço inferior a uma garrafa de água mineral. Já Ricardo Miotto, Secretário Adjunto de Estado da Secretaria da Agricultura, Pesca, Abastecimento e Desenvolvimento Rural reforçou que já é um compromisso assumido pelos secretários Ricardo de Gouveia e Paulo Eli em conjunto com os Deputados, a equalização dessas questões tributárias, mas que em função da Pandemia o processo parou e deve ser reativado em seguida. Ele ressaltou os programas que foram implantados na SAR como políticas públicas, entre elas a linhas de até 30 mil por produtor Pronaf para capital de giro, subvenção para pequenas agroindústrias e também para cisternas (irrigação) com juros de 4,5%, e ainda, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) estadual, operacionalizado pela Epagri em parceria com a Assistência Social, onde metade dos recursos aportados se destinou a aquisição de leite e derivados, dos agricultores familiares. Segundo o Secretário, o objetivo é adquirir do agricultor familiar do município, como forma de desfrancar essa

situação do leite, ou seja, serão mais de 60 municípios de menor IDH que participarão, sendo o que haverá um Edital para ser conveniado com os municípios, com um chamamento público de 30 mil reais. O Deputado Mocellin falou que a inconstância da atividade leiteira faz com que os produtores desistam da atividade e ainda se colocou a disposição para o apoio ao setor leiteiro. Já o Deputado Valdir Cobalchini, cumprimentou a todos, parabenizou pela reunião e falou que acredita que deve haver equilíbrio nas relações entre os produtores e a indústria, citou as várias sugestões e disse que acredita que quanto à triboação do leite esse assunto deve ser retomado e a Assembleia como já fez, continuará a apoiar. O Deputado Mauro de Nadal, como forma de encaminhamento, citou as várias sugestões e parabenizou pela excelente discussão. Felix Junior da ACCB falou que a questão do preço a ser recebido deve ser fornecido ao produtor para que ele possa fazer o planejamento da sua atividade, pois segundo ele, ficar mais de 45 dias sem saber quanto vai receber pelo leite que se está fornecendo, torna muito difícil administrar a atividade, e ainda, além do atraso de mais de 45 dias, enviam apenas o aviso e não há qualquer consideração com o produtor. De acordo com Félix é preciso ter um preço referência do leite como o modelo da Nova Zelândia. Os Deputados Jose Milton e Moacir Sopelsa resumiram os assuntos tratados nesta reunião: 1) Prorrogação dos financiamentos e repactuação das taxas de juros; 2) Questões de tributação (Estadual e Federal); 3) Portaria 1620, qual programa pode ser criado/executado pela Secretaria para suavizar a situação; 4) Preço base ou referência a ser discutido com as Indústrias; 5) Indicar representantes para o Conselho, através da ACCB; 6) Preço do leite na ponta final vale menos do que uma água mineral; 7) Programas oficiais que suavizem a situação atual; 8) Profissionalização da cadeia com a Epagri e Cidasc; 9) Implantação da lei da previsibilidade que foi publicada no governo Temer; 10) Lei 13288 dá indicativo, formalizar relações entre os elos, tendo previsibilidade. Ao final o Presidente falou que todos farão esforços para que o setor leiteiro enfrente os percalços da melhor maneira possível. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Deputados Membros e Participantes e demais presentes que totalizaram mais de 50 participantes e encerrou a reunião da qual eu, Gilmar Germano Jacobowski, Assessor das Comissões, lavei esta Ata que após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente desta Reunião e publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 09 de junho de 2020

Deputado José Milton Scheffer

Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural

\* \* \*

#### **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA PELO SISTEMA SDD**

Aos dois dias do mês de junho de dois mil e vinte, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se pelo sistema de videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, os membros da Comissão: Deputado Fabiano da Luz, Deputado Maurício Eskudlark, Deputado Kennedy Nunes, Deputado Ivan Naatz, Deputado João Amin, Deputado Luiz Fernando Vampiro, Deputada Paulinha e Deputada Ana Campagnolo. Havendo quórum regimental, o Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a Ata da 11ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou a palavra aos membros, obedecendo à ordem de envio das matérias para a pauta. O Deputado Fabiano da Luz relatou as seguintes matérias: PL./0215.3/2019, de autoria da Deputada Paulinha, que "Veda a cobrança da taxa de religação de energia elétrica e água". Requereu diligência à Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina e às Cooperativas Catarinenses de Eletrificação, que, posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade; PL./0517.3/2019, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que "Institui o Projeto Adote uma Escola Estadual no Estado de Santa Catarina e adota outras providências". Apresentou parecer pela inadmissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete à Deputada Ana Campagnolo; PL./0013.6/2020, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que "Autoriza o transporte de animais domésticos de pequeno e médio porte, acompanhado por seus tutores, nos meios integrantes do sistema de transporte por ônibus, VLTs, metrô e trem, no Estado de Santa Catarina e adota outras providências". Exarou parecer pela inadmissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0145.6/2020, de autoria da Deputada Ada de Luca, que "Institui o Auxílio Emergencial Financeiro destinado a atender as mulheres que estão asseguradas pelas medidas protetivas e que são vítimas de violência doméstica durante o período de calamidade pública ou estado de emergência ocasionado em função da pandemia da COVID-19, no Estado de Santa Catarina". Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Ivan Naatz e à Deputada Ana Campagnolo; PL./0152.5/2020, de autoria do Deputado Paulo Roberto Eccel, que "Dispõe sobre a criação do Programa Vale Gás no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete à Deputada Ana Campagnolo. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Deputado Luiz Fernando Vampiro, que relatou as seguintes matérias: PL./0170.7/2020, de autoria da Deputada Paulinha, que "Altera a Lei nº 16.771, de 2015, que 'Estabelece a gratuidade, na travessia por 'ferryboats' e balsas, para as ambulâncias do SAMU, dos Bombeiros e outros veículos das unidades de saúde pública destinados ao transporte de pacientes', para estender o benefício aos veículos de passeio, próprios ou de terceiros, utilizados no deslocamento de

pacientes sob tratamento dialítico e/ou quimioterápico". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Ivan Naatz; PL./0180.9/2020, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que "Estabelece normas para evitar a propagação de doenças transmitidas por vetores - febre amarela 'Aedes albopictus' e dengue 'Aedes aegypti' no Estado de Santa Catarina". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0494.2/2019, de autoria do Deputado Marcius Machado, que "Assegura aos portadores de diabetes o direito ao atendimento preferencial/prioritário na realização de exames em jejum em laboratórios, clínicas, hospitais da rede pública e privada no âmbito do Estado de Santa Catarina". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; MSV./00431/2020, de autoria do Governador do Estado, que comunica o "Veto total ao PL/067/20, de autoria de Todos os Deputados, que reverte os recursos destinados ao pagamento da dívida do Estado com a União, referente ao ano de 2020, para o Fundo Estadual de Saúde (FES), com o objetivo de subsidiar, em Santa Catarina, os programas e as ações de enfrentamento à emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19". Solicitou retirada de pauta, o que foi concedido. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Deputado João Amin, que relatou as seguintes matérias: Devolução de vista ao PL./0496.4/2019, de autoria da Deputada Paulinha, que "Dispõe sobre as associações de Municípios no Estado de Santa Catarina previstas no art. 114, § 30 da Constituição Estadual". Requereu diligência à Federação Catarinense de Municípios - FECAM e à autora da matéria, Deputada Paulinha e, posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade; Devolução de vista ao PL./0216.4/2019, de autoria do Deputado Sargento Lima, que "Acrescenta inciso ao § 3º, do art. 2º da Lei nº 6.463, de 1984, que "Institui Condecorações e Título Honorífico na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, cria o Conselho do Mérito Polícia Militar, e dá outras providências". Apensado o PL./0330.5/2019. Solicitou retirada de pauta, o que foi concedido. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Deputado Ivan Naatz, que relatou as seguintes matérias: Devolução de vista ao PL./0004.5/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto, que "Torna obrigatória a instalação de piso antiderrapante nos banheiros que disponham de chuveiros, tais como, mas não limitado a aqueles de hotéis, pensões, albergues, clubes sociais, centros esportivos, academias, ginásios, hospitais, clínicas, empresas privadas e todo e qualquer estabelecimento privado do Estado de Santa Catarina que disponha deste serviço para clientes ou funcionários". Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete à Deputada Paulinha; Devolução de vista ao PLC./0003.0/2019, de autoria do Deputado Bruno Souza, que "Altera a Lei Complementar nº 170, de 1998, que 'Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação', a fim de incluir a previsão da educação domiciliar". Apresentou voto vista pela inadmissibilidade. Por ter precedência, colocado em votação o parecer pela admissibilidade do relator Kennedy Nunes, foi aprovado por maioria, com votos contra dos Deputados Fabiano da Luz e Ivan Naatz; PL./0519.5/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que "Institui o Programa Estadual de Cuidados para Pessoas com Fibromialgia no Estado de Santa Catarina e adota outras providências". Requereu nova diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil, com propósito de trazer aos autos a manifestação da Secretaria de Estado da Saúde e do Conselho Estadual de Saúde, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0164.9/2020, de autoria do Deputado Paulo Roberto Eccel, que "Institui o Cadastro Estadual de Boas Práticas de Gestão Pública, contendo informações sobre políticas públicas aplicadas no Estado de Santa Catarina". Requereu nova diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil, Secretaria de Estado da Administração, Departamento de Administração da Pública da UDESC e Procuradoria Geral do Estado que, posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade; PSA./0007.2/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que "Susta o Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, do Poder Executivo Estadual". Apresentou parecer pela inadmissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com anuência do Presidente e demais membros, apresentou devolução de vista, sem manifestação ao PLC./0009.5/2020, de autoria do Governo do Estado, que "Altera os arts. 105 e 109 da Lei nº 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina e dá outras providências", mantendo-se a vista com a Deputada Ana Campagnolo. Passada a palavra ao Deputado Kennedy Nunes, foi relatada as seguintes matérias: devolução de vista, sem manifestação ao PL./0029.3/2020, de autoria do Deputado Del. Ulisses Gabriel, que "Determina que a formalização de contratos de empréstimos com idosos, em qualquer modalidade, seja realizada de forma presencial". Posto em votação o parecer pela inadmissibilidade exarado pelo relator João Amin, foi aprovado por unanimidade; PL./0033.0/2020, de autoria do Deputado Del. Ulisses Gabriel, que "Confere ao Município de Jaguaruna o título de Capital Catarinense do Produtor de Melancia". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Fabiano da Luz; PL./0187.5/2020, de autoria das Deputadas Luciane Carminatti e Marlene Fengler, cuja ementa dispõe "Fica autorizado o Poder Executivo a conceder renda mínima emergencial cultural aos trabalhadores do setor cultural enquanto perdurar a vigência do Decreto Legislativo nº 18.332, de 20 de março de 2020". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete à Deputada Ana Campagnolo. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Deputado Maurício Eskudlark, que relatou as seguintes matérias: PL./0521.0/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que "Dispõe sobre a exibição de campanha de conscientização e

enfrentamento à violência contra a mulher nos eventos realizados ou patrocinados pelo Governo do Estado de Santa Catarina". Requereu diligência, por intermédio da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Estado da Segurança Pública, Polícia Civil e à Secretaria de Estado de Assistência Social Trabalho e Habitação que, posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade; PL./0117.2/2020, de autoria da Deputada Ada de Luca, que "Suspende o registro de protesto extrajudicial de títulos e outros documentos de dívida durante o período de calamidade pública ou estado de emergência ocasionado em função da pandemia do COVID-19". Solicitou retirada de pauta, o que foi concedido; PL./0483.0/2019, de autoria do Deputado Marcius Machado, que "Altera a Lei nº 12.854, de 2003 (Código Estadual de Proteção aos Animais), a fim de incluir a garantia de disponibilização de alimento e/ou água aos animais que estão na rua, pelos cidadãos em espaços públicos no Estado de Santa Catarina". Exarou parecer pela rejeição, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PEC./0002.0/2020, de autoria da Comissão Especial, que "Acrescenta art. 57 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição do Estado de Santa Catarina (CE), com o fim de estabelecer o prazo de até 72 (setenta e duas) horas, para as respostas a pedidos de informação encaminhados pela Assembleia Legislativa, previstos no parágrafo 2º, art. 41 da CE, relativos ao acompanhamento da situação fiscal e da execução orçamentária e financeira de medidas relacionadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, originários da Comissão Especial, que especifica, enquanto vigor o estado de calamidade pública dela decorrente, declarado no Estado de Santa Catarina". Exarou parecer pela favorável que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado João Amin. A Deputada Ana Campagnolo relatou as seguintes matérias: devolução de vista, sem manifestação, ao PL./0010.3/2020, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que "Dispõe sobre o fornecimento de alimentos orgânicos na alimentação escolar nas unidades educacionais públicas no Estado de Santa Catarina". Posto em votação o parecer pela admissibilidade com emenda modificativa exarado pelo Relator, Deputado Ivan Naatz, foi aprovado por unanimidade; Devolução de vista ao PL./0156.9/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que "Dispõe sobre a inclusão da disciplina Noções Básicas de Direito no currículo escolar do Ensino Médio, no Estado de Santa Catarina", exarou voto pela inadmissibilidade e, por orientação do Presidente, restou adiada discussão e votação para que sejam feitas na presença da relatora da matéria, Deputada Paulinha; PL./0078.1/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que "Institui a logística reversa de medicamentos descartados pelo consumidor". Exarou parecer pela admissibilidade com emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Deputado Romildo Titon, apresentou OF./0040.5/2020, de autoria de Entidade Social, que "Solicita a revogação da Lei que declarou de utilidade pública o Polo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau (Blusoft), de Blumenau". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Por fim, o Presidente agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes e encerrou a reunião da qual eu, Lyvia Mendes Corrêa, Secretária desta Comissão, lavrei a Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Plenário Deputado Osni Régis, 2 de junho de 2020.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\*

#### **ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA PELO SISTEMA SDD**

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e vinte, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se pelo sistema de videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, os membros da Comissão: Deputado Fabiano da Luz, Deputado Maurício Eskudlark, Deputado Kennedy Nunes, Deputado Ivan Naatz, Deputado João Amin, Deputado Luiz Fernando Vampiro, Deputada Paulinha e Deputada Ana Campagnolo. Havendo quórum regimental, o Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a Ata da 12ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Conforme acordado na reunião anterior, o Presidente colocou em discussão e votação o PL./0156.9/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que "Dispõe sobre a inclusão da disciplina Noções Básicas de Direito no currículo escolar do Ensino Médio, no Estado de Santa Catarina". Por ter precedência, colocado em votação o parecer pela admissibilidade da relatora Deputada Paulinha, foi aprovado por maioria, com votos contra a Deputada Ana Campagnolo e dos Deputados Fabiano da Luz, João Amin, e Maurício Eskudlark. Em seguida, passou a palavra aos membros, obedecendo à ordem de envio das matérias para a pauta. O Deputado João Amin relatou as seguintes matérias: devolução de vista, sem manifestação, ao PL./0314.5/2019, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que "Dispõe sobre o sigilo das informações pessoais dos Agentes Públicos da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria da Administração Prisional". Posto em votação o parecer favorável exarado pela Relatora, Deputada Paulinha, foi aprovado por unanimidade; Devolução de vista, sem manifestação, à PEC./0002.0/2020, de autoria da Comissão Especial, que "Acrescenta art. 57 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição do Estado de Santa Catarina (CE), com o fim de estabelecer o prazo de até 72 (setenta e duas) horas, para as respostas a pedidos de informação encaminhados pela Assembleia Legislativa, previstos no § 2º, art. 41 da CE, relativos ao acompaña-

mento da situação fiscal e da execução orçamentária e financeira de medidas relacionadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, originários da Comissão Especial, que especifica, enquanto vigor o estado de calamidade pública dela decorrente, declarado no Estado de Santa Catarina". Posto em votação o parecer favorável exarado pelo Relator, Deputado Maurício Eskudlark, foi aprovado por unanimidade; Devolução de vista, sem manifestação, ao PL./0222.2/2019, de autoria da Bancada do PSL, que "Institui a Declaração Estadual de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece normas para atos de liberação de atividade econômica e a análise de impacto regulatório e adota outras providências". Ato contínuo, com anuência do Presidente, o Deputado Fabiano da Luz, que também possuía vista da matéria, fez devolução sem manifestação. Posto em votação o parecer favorável com emenda supressiva exarado pelo Relator, Deputado Maurício Eskudlark, foi aprovado por unanimidade; PL./0031.8/2019, de autoria do Deputado Altair Silva, que "Dispõe sobre o dever de as pessoas jurídicas de direito privado manterem estabelecimento próprio, credenciado ou autorizado que ofereça assistência técnica a seus produtos comercializados no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências". Apresentou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete aos Deputados Ivan Naatz e Maurício Eskudlark. Em seguida, o Presidente passou a palavra à Deputada Ana Campagnolo, que relatou as seguintes matérias: PL./0109.2/2020, de autoria do Deputado Del. Ulisses Gabriel, que "Altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 2017, que "Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina", para instituir a Semana Estadual do Empreendedorismo Feminino". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado - PGE e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, que, posta em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0193.3/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que "Dispõe sobre a criação do Programa de Apoio ao Transportador Escolar (PATE) no âmbito do Estado de Santa Catarina, em decorrência da pandemia da COVID-19". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado - PGE, Secretaria de Estado da Fazenda - SEF e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, que, posta em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0191.1/2020, de autoria do Deputado Paulo Roberto Eccel, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição, ao final das sessões nas salas de cinema do Estado de Santa Catarina, de informe publicitário para advertência contra a pedofilia, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina e à Seccional de Santa Catarina da Ordem dos Advogados do Brasil que, posta em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Devolução de vista, sem manifestação, ao PLC./0009.5/2020, de autoria do Governador do Estado, que "Altera os arts. 105 e 109 da Lei nº 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina e dá outras providências". Posto em votação o parecer favorável com emenda substitutiva global, exarado pela Relatora, Deputada Paulinha, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Deputado Ivan Naatz, que relatou as seguintes matérias: PL./0164.9/2019, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que "Dispõe sobre o Código Estadual de Proteção aos Animais Domésticos". Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0179.5/2020, de autoria do Deputado Paulo Roberto Eccel, que "Dispõe sobre o descarte e destinação final de recipientes de vidro não reutilizáveis no Estado de Santa Catarina". Exarou parecer contrário, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou a palavra à Deputada Paulinha, que relatou as seguintes matérias: Devolução de vista, sem manifestação, ao PL./0004.5/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto, que "Torna obrigatória à instalação de piso antiderrapante nos banheiros que dispõem de chuveiros, tais como, mas não limitado àqueles de hotéis, pensões, albergues, clubes sociais, centros esportivos, academias, ginásios, hospitais, clínicas, empresas privadas e todo e qualquer estabelecimento privado do Estado de Santa Catarina que disponha deste serviço para clientes ou funcionários". Considerando que o Relator, Deputado Kennedy Nunes, abdicou de seu parecer, foi posto em discussão e votação, tendo sido aprovado por unanimidade, o voto visto do Deputado Ivan Naatz; PL./0105.9/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que "Altera a Lei nº 14.675, de 2009, regulamentando o licenciamento ambiental autodeclaratório". Exarou parecer favorável com emenda modificativa que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Ivan Naatz; PL./0020.5/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, que "Institui, no Estado de Santa Catarina, a Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural por meio da Qualificação da Oferta Educacional, e adota outras providências". Exarou parecer favorável e, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PLC./0006.2/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que "Acrescenta dispositivo ao art. 26 da Lei Complementar nº 170, de 1998, para dispensar a obrigatoriedade da realização dos 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar por ano, no ano de 2020". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PRS./0001.2/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza, que "Aprova a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição Federal, a fim de alterar os Arts. 22, 24, 30, 41, 175, incluir o Art. 182-A no texto Constitucional, bem como o Art. 115 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com o objetivo de revisar a repartição de

competências da federação, atribuindo aos Estados Federados maior autonomia regulatória". Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete aos Deputados Ivan Naatz e Fabiano da Luz; PL./0040.9/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que "Torna obrigatória a instalação de balanças digitais em estabelecimentos que comercializam produtos a peso, cuja medição não tenha sido acompanhada pelo consumidor no Estado de Santa Catarina". Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; MPV./00228/2020, de autoria do Governador do Estado, que "Estabelece medidas temporárias a serem adotadas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SES) para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019". Exarou parecer pela admissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete à Deputada Ana Campagnolo e aos Deputados Luiz Fernando Vampiro e João Amin; Devolução de vista ao PL./0305.4/2018, de autoria do Deputado Milton Hobus, que "Altera o art. 98 da Lei nº 10.297, de 1996, que "Dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e adota outras providências", para determinar que conste justificativa fundamentada nos atos que regulamentam o imposto, conforme especifica". Solicitou retirada de pauta, o que foi concedido; PL./0178.4/2020, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que "Obriga os condomínios residenciais, comerciais ou mistos de Santa Catarina a comunicar aos órgãos de segurança pública quando houver em seu interior a ocorrência ou indícios de episódios de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos.". Solicitou retirada de pauta, o que foi concedido. O Deputado Fabiano da Luz relatou as seguintes matérias: MSV./00429/2020, de autoria do Governador do Estado, que comunica o "Veto parcial ao PL/071/20, de autoria de Todos os Deputados, que dispõe sobre os prazos de vigência de autorizações e dos licenciamentos ambientais, no âmbito do Estado de Santa Catarina, em decorrência da decretação de calamidade pública pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19)". Exarou parecer pela rejeição ao veto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0181.0/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que "Dispõe sobre o pagamento de gratificação de adicional de insalubridade em razão da decretação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19". Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete às Deputadas Ana Campagnolo e Paulinha e aos Deputados Luiz Fernando Vampiro e Maurício Eskudlark; PL./0047.5/2020, de autoria da Deputada Paulinha, que "Dispõe sobre a atividade e o credenciamento de novos médicos e psicólogos para a realização dos Exames de Aptidão Física e Mental e Avaliação Psicológica, legalmente exigidos e relativos à Carteira Nacional de Habilitação no Estado de Santa Catarina". Solicitou retirada de pauta, o que foi concedido. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Deputado Luiz Fernando Vampiro, que relatou as seguintes matérias: PL./0249.2/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilidade do Código QR em todas as placas de obras públicas estaduais para a leitura e fiscalização eletrônica por dispositivos móveis, e adota outras providências". Exarou parecer favorável à emenda substitutiva global de fl. 37 que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0386.0/2019, de autoria dos Deputados Coronel Mocellin e Jerry Comper, que "Altera a Lei 14.219, de 30 de novembro de 2007". Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0024.9/2020, de autoria do Deputado Del. Ulisses Gabriel, que "Dispõe sobre a flexibilização da forma de pagamento da fiança concedida por juiz estadual ou autoridade policial do Estado de Santa Catarina". Requereu diligência ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, à Secretaria de Segurança Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil que, posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade; PLC./0035.7/2019, de autoria do Deputado Mauro de Nadal, que "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 204, de 2001, que "Cria o Fundo Estadual de Sanidade Animal e adota outras providências". Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PLC./0008.4/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, que "Altera a Lei Complementar nº 465, de 2009, que "Cria o Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências", para que as deliberações empastadas sejam decididas a favor do contribuinte". Requereu diligência para o Presidente do Tribunal Administrativo Tributário de Santa Catarina - TAT que, posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Deputado Maurício Eskudlark, que relatou as seguintes matérias: PL./0183.1/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que "Dispõe sobre a revogação do art. 25, inciso I, da Lei nº 17.877, de 2019, em virtude da pandemia COVID-19, no Estado de Santa Catarina". Requereu diligência à Casa Civil e, por meio desta, Secretaria do Estado da Fazenda, que, posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade; PL./0041.0/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que "Obriga as unidades escolares públicas e privadas, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a disponibilizar, em suas salas de aula, assentos na primeira fila aos alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)". Requereu diligência por intermédio da Secretaria de Estado da Casa Civil à Procuradoria do Estado - PGE, à Secretaria de Estado da Educação - SED, ao Sindicato das Escolas

Particulares do Estado de Santa Catarina, à Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE e ao Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina que, posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade; PL./0037.3/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que "Altera a Lei nº 10.366, de 1997, que "Dispõe sobre a fixação da Política de Defesa Sanitária animal e adota outras providências, no sentido de isentar o pagamento de taxas para a realização de exames em laboratório para a verificação de incidência de mormo e anemia infecciosa em animais e para a permissão de convênios com laboratórios particulares". Requereu diligência por intermédio da Secretaria de Estado da Casa Civil à Procuradoria do Estado - PGE, à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola - CIDASC, à Diretoria de Vigilância Sanitária e à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina, que, posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade; PL./0117.2/2020, de autoria da Deputada Ada de Luca, que "Suspende o registro de protesto extrajudicial de títulos e outros documentos de dívida durante o período de calamidade pública ou estado de emergência ocasionado em função da pandemia do COVID-19". Exarou parecer pela aprovação do Projeto de Lei, na forma da emenda substitutiva global, de autoria da Deputada Ada de Luca. Posto em discussão, o Deputado Ivan Naatz apresentou voto divergente, pela rejeição da matéria. Por ter precedência, posto em votação o parecer do Relator, foi rejeitado por maioria, com votos dos Deputados Ivan Naatz, Fabiano da Luz, João Amin, Luiz Fernando Vampiro, Kennedy Nunes e Deputada Paulinha. Posto em votação o parecer pela rejeição e arquivamento da matéria exarado pelo Deputado Ivan Naatz, este foi aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado Maurício Eskudlark. Em seguida, dada a palavra ao Deputado Kennedy Nunes, passou a relatar as seguintes matérias: PL./0282.3/2019, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que "Permite a função de piloto de aeronaves aviões e helicópteros serem exercidas por praças da Polícia Militar e do corpo de Bombeiros Militar, no âmbito do Estado de Santa Catarina". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0159.1/2020, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Executivo estadual da contratar empresas, de prestação de serviços e para a aquisição de bens, materiais e insumos, com sede no Estado de Santa Catarina, em razão dos reflexos econômicos provocados pela pandemia da COVID-19". Exarou parecer pela inadmissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Por fim, o Presidente agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes e encerrou a reunião da qual eu, Lyvia Mendes Corrêa, Secretária de Comissão, lavei a Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia. Plenário Deputado Osni Régis, 9 de junho de 2020.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\*

## REDAÇÕES FINAIS

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 030/2020

Institui a "Semana Estadual de Divulgação e Conscientização das Doenças Inflamatórias Intestinais - Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa".

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a "Semana Estadual de Divulgação e Conscientização das Doenças Inflamatórias Intestinais - Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa", comemorada, anualmente, na semana que compreende o dia 19 de maio, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A Semana de que trata esta Lei passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A "Semana Estadual de Divulgação e Conscientização das Doenças Inflamatórias Intestinais - Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa" tem como objetivo incentivar a promoção de campanhas e atividades que contribuam para enfrentar a problemática.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de maio de 2020.

Deputado ROMILDO TITON

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\*

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 122/2020

Altera o Anexo I da Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017, que "Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina", para instituir o Dia Estadual do Conselheiro Comunitário de Segurança, como forma imediata de incentivar agentes comunitários na operacionalização de medidas de prevenção ao contágio do coronavírus (COVID-19).

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Conselheiro Comunitário de Segurança, a ser realizado, anualmente, no dia 30 de julho, no Estado de Santa Catarina, como forma imediata de incentivar agentes comunitários na operacionalização de medidas de prevenção ao contágio do coronavírus (COVID-19).

Art. 2º O Dia Estadual do Conselheiro Comunitário de Segurança passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de junho de

2020.

Deputado **ROMILDO TITON**  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\* \* \*

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0164.9/2019**

O Projeto de Lei nº 0164.9/2019 passa a ter a seguinte redação:

“Projeto de Lei nº 0164.0/2019

Altera a Lei nº 12.854, de 2003, que ‘Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais’ para o fim de dispor sobre o abandono de animais domésticos e a respectiva multa.

Art. 1º Fica acrescentado inciso IX ao art. 2º da Lei nº 12.854, de 22 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

IX – abandonar animais domésticos. (NR)

Art. 2º O art. 33 da Lei nº 12. 854, de 2003, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33. As multas serão recolhidas na rede bancária por meio de documentos de arrecadação estadual e direcionadas ao Tesouro do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”  
Sala da Comissão,

Deputado Ivan Naatz

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 164/2019**

Altera a Lei nº 12.854, de 2003, que “Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais”, para o fim de dispor sobre o abandono de animais domésticos e a respectiva multa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica acrescentado o inciso IX ao art. 2º da Lei nº 12.854, de 22 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

IX - abandonar animais domésticos.” (NR)

Art. 2º O art. 33 da Lei nº 12. 854, de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33. As multas serão recolhidas na rede bancária por meio de documentos de arrecadação estadual e direcionadas ao Tesouro do Estado.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de junho de

2020.

Deputado **ROMILDO TITON**  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\* \* \*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0198.8/2019**

O art. 1º do Projeto de Lei nº 0198.8/2019 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º .....

1º Salvo nos casos em que faça jus à gratuidade de justiça, o preso ou apenado submetido à medida de monitoração eletrônica sujeitar-se-á à cobrança a que se refere o *caput*, na forma aplicável pelo Juízo da Execução Penal.

§ 2º Durante o período em que estiver usando o equipamento de monitoração, caberá ao preso ou apenado conservá-lo em perfeitas condições de uso, responsabilizando-se pelo devido ressarcimento, em caso de dano ou avaria.

§ 3º O ressarcimento a que se refere o § 2º será auferido por ocasião da restituição pelo usuário do equipamento de monitoração eletrônica.”

Sala da Comissão,

Deputado Ivan Naatz

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0198.8/2019**

O art. 2º do Projeto de Lei nº 0198.8/2019 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º A cobrança de que trata o art. 1º terá seu valor definido em ato do Poder Executivo, devendo sendo considerado o custo total do Erário com a aquisição e a manutenção dos equipamentos de monitoração eletrônica.”

Sala da Comissão,

Deputado Ivan Naatz

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 198/2019**

Institui a cobrança, a título de compensação financeira, pelo uso oneroso de equipamento de monitoração eletrônica por preso ou apenado no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituída, no Estado de Santa Catarina, a cobrança, a título de compensação financeira, pelo uso oneroso de equipamentos de monitoração eletrônica por preso ou apenado no âmbito do sistema penitenciário estadual.

§ 1º Salvo nos casos em que faça jus à gratuidade de justiça, o preso ou apenado submetido à medida de monitoração eletrônica sujeitar-se-á à cobrança a que se refere o *caput*, na forma aplicável pelo Juízo da Execução Penal.

§ 2º Durante o período em que estiver usando o equipamento de monitoração, caberá ao preso ou apenado conservá-lo em perfeitas condições de uso, responsabilizando-se pelo devido ressarcimento, em caso de dano ou avaria.

§ 3º O ressarcimento a que se refere o § 2º será auferido por ocasião da restituição pelo usuário do equipamento de monitoração eletrônica.

Art. 2º A cobrança de que trata o art. 1º desta Lei terá seu valor definido em ato do Poder Executivo, devendo ser considerado o custo total do Erário com a aquisição e a manutenção dos equipamentos de monitoração eletrônica.

Art. 3º O não pagamento da cobrança a que se refere esta Lei acarretará a inscrição do respectivo débito em dívida ativa, sujeitando o responsável à execução judicial, se necessária.

Art. 4º Os recursos arrecadados na forma desta Lei serão revertidos em prol de melhorias no âmbito do sistema penitenciário estadual, facultada a destinação ao Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC).

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de junho de

2020.

Deputado **ROMILDO TITON**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\* \* \*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 208/2020**

Revoga o item 214 do Município de Blumenau do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para excluir do rol das entidades declaradas de utilidade pública estadual o Polo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau (Blusoft).

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o item 214 do Município de Blumenau do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, referente ao Polo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau (Blusoft), com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de junho de

2020.

Deputado **ROMILDO TITON**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\* \* \*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0406.8/2019**

O art. 2º do Projeto de Lei nº 0406.8/2019 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo, em relação à nomeação dos cargos de diretor-geral, gerente técnico e gerente administrativo, do HEMOSC e do CEPON, efeitos retroativos a 12 de junho de 2019, data de publicação da Lei Complementar nº 741, de 2019.”

Sala das Comissões,

Deputado João Amin

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 406/2019**

Altera o art. 22 da Lei nº 12.929, de 2004, que institui o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 12.929, de 4 de fevereiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22.....

§ 2º Fica vedado à Organização Social o pagamento de qualquer vantagem pecuniária, com recursos provenientes do Contrato de Gestão, a servidor público estadual a ela cedido, exceto aos servidores que ocuparem os cargos de diretor-geral, gerente técnico e gerente administrativo do HEMOSC e CEPON.

§ 4º As vantagens pagas aos servidores que ocuparem os cargos de diretor-geral, gerente técnico e gerente administrativo do HEMOSC e CEPON não poderão exceder os valores máximos fixados para cada cargo nos Anexos I e II da Lei nº 16.160, de 7 de novembro de 2013.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo, em relação à nomeação dos cargos de diretor-geral, gerente técnico e gerente administrativo, do HEMOSC e do CEPON, efeitos retroativos a 12 de junho de 2019, data de publicação da Lei Complementar nº 741, de 2019.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, de junho de 2020.

Deputado **ROMILDO TITON**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\*

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009.5/2020

O Projeto de Lei Complementar nº 009.5/2020 passa a ter a seguinte redação:

“PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009.5/2020

Altera os arts. 105 e 109 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Art. 1º O inciso I do art. 105 da Lei nº 6.218, 1983 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 105. ....

I - .....

a) .....

POSTO / IDADE

Coronel - 67 (sessenta e sete) anos

Tenente Coronel - 64 (sessenta e quatro) anos

Major - 61 (sessenta e um) anos

Capitão e Oficiais Subalternos - 60 (sessenta) anos

b) .....

POSTO / IDADE

Tenente-Coronel - 65 (sessenta e cinco) anos

Major - 64 (sessenta e quatro) anos

Capitão e Oficiais subalternos - 63 (sessenta e três) anos

c) No Quadro de Oficiais Capelães (QOCpl)

POSTO / IDADE

Tenente Coronel - 65 (sessenta e cinco) anos

Major - 64 (sessenta e quatro) anos

Capitão e Oficiais subalternos - 63 (sessenta e três) anos

(NR)

d) No Quadro de Oficiais Auxiliares (QOA)

POSTO / IDADE

2º Tenente - 63 (sessenta e três) anos (NR)

e) das praças:

GRADUAÇÃO / IDADE

Subtenente - 67 (sessenta e sete) anos

1º Sargento - 65 (sessenta e cinco) anos

2º Sargento - 63 (sessenta e três) anos

3º Sargento - 61 (sessenta e um) anos

Cabo - 60 (sessenta) anos

Soldado - 60 (sessenta) anos (NR)

Art. 2º O inciso I do art. 109 da Lei nº 6.218, 1983 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 109 .....

I - .....

a) Para Oficial superior: 72 (setenta e dois) anos;

b) Para Capitão e Oficial Subalterno: 68 (sessenta e oito)

anos;

c) para Praças:

Subtenente e Sargentos - 70 (setenta) anos;

Cabos e Soldados - 65 (sessenta e cinco) anos.” (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões,

Deputada Paulinha

#### EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009.5/2020

Na Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 009/2020 proceda-se a seguinte alteração:

Onde se lê: “Art. 2º .....

“Art. 109 .....

I - .....

a) .....

b) .....

c) .....

Subtenente e Sargentos - 70 (setenta) anos;

Cabos e Soldados - 65 (sessenta e cinco) anos.”

Leia-se: “Art. 2º .....

“Art. 109 .....

I - .....

a) .....

b) .....

c) .....

Subtenente e Sargentos - 70 (setenta) anos;

Cabos e Soldados - 65 (sessenta e cinco) anos.”

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de junho de 2020.

Deputado **ROMILDO TITON**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

#### JUSTIFICATIVA

A presente Emenda à Redação Final tem por objetivo adequar a Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 009/2020 ao disposto no Ofício nº 118/20, de 10 de junho de 2020.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/2020

Altera os arts. 105 e 109 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º O inciso I do art. 105 da Lei nº 6.218, de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 105.....

I - .....

a) .....

POSTO / IDADE

Coronel - 67 (sessenta e sete) anos

Tenente-Coronel - 64 (sessenta e quatro) anos

Major - 61 (sessenta e um) anos

Capitão e Oficiais Subalternos - 60 (sessenta) anos

b) .....

POSTO / IDADE

Tenente-Coronel - 65 (sessenta e cinco) anos

Major - 64 (sessenta e quatro) anos

Capitão e Oficiais subalternos - 63 (sessenta e três) anos

c) no Quadro de Oficiais Capelães (QOCpl)

POSTO / IDADE

Tenente-Coronel - 65 (sessenta e cinco) anos

Major - 64 (sessenta e quatro) anos

Capitão e Oficiais subalternos - 63 (sessenta e três) anos

d) no Quadro de Oficiais Auxiliares (QOA)

POSTO / IDADE

2º Tenente - 63 (sessenta e três) anos

e) das Praças:

GRADUAÇÃO / IDADE

Subtenente - 67 (sessenta e sete) anos

1º Sargento - 65 (sessenta e cinco) anos

2º Sargento - 63 (sessenta e três) anos

3º Sargento - 61 (sessenta e um) anos

Cabo - 60 (sessenta) anos

Soldado - 60 (sessenta) anos” (NR)

Art. 2º O inciso I do art. 109 da Lei nº 6.218, de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 109.....

I - .....

a) para Oficial superior: 72 (setenta e dois) anos;

b) para Capitão e Oficial Subalterno: 68 (sessenta e oito)

anos;

c) para Praças:

Subtenente e Sargentos - 70 (setenta) anos;

Cabos e Soldados - 65 (sessenta e cinco) anos.” (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de junho de 2020.

Deputado **ROMILDO TITON**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 002/2020

Acrescenta art. 57 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição do Estado de Santa Catarina, com o fim de estabelecer o prazo de até 72 (setenta e duas) horas, para as posturas a pedidos de informação encaminhados pela Assembleia Legislativa, previstos no § 2º, art. 41 da Constituição do Estado, relativos ao acompanhamento da situação fiscal e da execução orçamentária e financeira de medidas relacionadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, originários da Comissão Especial, que especifica, enquanto vigor o estado de calamidade pública dela decorrente, declarado no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica acrescentado art. 57 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Santa Catarina, com a seguinte redação:

“Art. 57. Enquanto vigente o estado de calamidade pública declarado no âmbito do Estado de Santa Catarina, em razão da pandemia da COVID-19, será de até 72 (setenta e duas) horas o prazo para resposta a pedidos de informação, previstos no § 2º do art. 41 da Constituição Estadual, originários de Comissão Especial da Assembleia Legislativa, especificamente constituída para o acompanhamento da situação fiscal e da execução orçamentária e financeira de medidas relacionadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública dela decorrente.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição do Estado entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de junho de 2020.

Deputado **ROMILDO TITON**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\*